

SOCIEDADE CIVIL EM MOÇAMBIQUE

EXPECTATIVAS E DESAFIOS

António Francisco¹

INTRODUÇÃO

Contemplar a sociedade civil moçambicana, na lista dos desafios dignos de atenção para o futuro próximo, tem um duplo significado. Significa, primeiramente, o reconhecimento da arena pública para onde convergem interesses comuns e particulares dos actores das esferas institucionais da sociedade: Estado, mercado e família. Significa, também, que os responsáveis pela escolha deste tema depositam expectativas e esperança no papel que a referida arena pública poderá desempenhar em prol de uma sociedade mais saudável, tolerante, inclusiva e eficiente. Neste texto, procura-se não simplesmente apresentar e analisar informação empírica sobre a sociedade civil moçambicana, mas sobretudo explorar novas vias para o entendimento da sua dinâmica e daí retirar alguns dos desafios que ela enfrenta.

Existem bons e maus precedentes para tais expectativas e esperança. Alguns dos melhores e piores precedentes vêm de longe, do Moçambique ainda colonial. No Moçambique subjugado à administração colonial portuguesa, principalmente nas últimas décadas de cerrado autoritarismo e repressão do Estado Novo português (1930-1975), a sociedade civil foi berço dos ideais independentistas e da preparação de alguns dos líderes moçambicanos que se converteram em governantes proeminentes no Estado Soberano². Uma breve retrospectiva pelas biografias de alguns dos líderes não deixa margem para dúvidas; a sociedade civil foi uma espécie de incubadora de importantes iniciativas cívicas e políticas, amplamente pluralistas, umas meramente reformistas do regime colonial (e.g. Domingos Arouca³, Máximo Dias, Jorge Jardim, Joana Simeão), outras revolucionárias e extremamente radicais (e.g. Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Urias Simango, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Joaquim Chissano, e nas suas aspirações de transformação da sociedade moçambicana (Adam, 2005; Afonso, 1972; Arouca, 2000; Bragança e Wallerstein, 1978; Jardim, 1976; Laban, 1989; Martins, 2001; Mondlane, 1977; Matusse, 2006; Newitt, 1997; Ncomo, 2003; Péliissier, 2000; Rocha, 2002; Serra, 2000; Sopa, 2001; Souto, 2007; Veloso, 2006). Ao longo do século XX também emergiram e cresceram iniciativas jornalísticas e literárias (e.g. João e José Albazini, Rui de Noronha, Renaldo Ferreira, José Craveirinha, Rui Knopfli, Rui

Guerra e Noémia de Sousa)⁴; figuras como o advogado Karel Pott, primeiro moçambicano não branco licenciado em Direito e atleta olímpico (Balan, 1998: 71-73; Mendes, 2006: 57); expressões musicais populares (e.g. marrabenta, as timbilas chope, Fany Mpfumo, Xidiminguna) e clubes desportivos informais, de onde saíram futebolistas moçambicanos consagrados entre importantes “estrelas” do futebol internacional: Eusébio, Coluna, Matateu, Wilson, Costa Pereira e Juca; homens e mulheres de outras artes (Rangel, na fotografia, Malangatana, Chicorro e Bertina Lopes, na pintura) (Alba, 1981a, 1980b; César, 1972; Craveirinha, 1982, 1999, 2009; Cuamba, 1998; Dias, 1975; Ferrão, 1975; Ferreira, 1970; Frelimo, 1997; Gonçalves, 1980; 2005; Honwana, 1978; Knopfli, 1999; Lisboa, 1973; Matusse, 2007: 28; Mendes, 1965; Mendes, 2006; Pena, 1982; Serra, 2000).

Muitas dessas iniciativas pouco ou nada tinham que ver com política, no sentido estrito do termo. No entanto, num ambiente em que a política era apanágio exclusivo do regime, o simples facto de as pessoas afirmarem a sua moçambicanidade através do desporto, do folclore e da música, da poesia e da pintura, era suficiente para incomodar quem teimava manter a supremacia da portugalidade.

A independência de Moçambique, proclamada em 1975, teve como determinantes mais próximos três factores catalisadores: 1) A criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRE-LIMO), da fusão de três movimentos nacionalistas regionais: UDENAMO, MANU e UNAMI⁵; 2) A opção da FRELIMO pela luta armada, na forma de guerrilha, adaptada à natureza do regime colonial fortemente repressivo e crescentemente militarizado; 3) O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, acontecimento que abriu a oportunidade para o fim da guerra colonial e o reconhecimento da independência das colónias portuguesas.

Por ocasião da independência, a Frelimo autoproclamou-se “força dirigente do Estado e da Sociedade” (art. 3.º, Constituição 1975). Tal opção converteu a Frente de Libertação numa instituição política hegemónica, em relação tanto à sociedade civil como às próprias esferas institucionais em que a sociedade se alicerça: o mercado, o Estado e a família. A hegemonia da Frelimo tornou-se avassaladora graças à conjugação de vários factores: a força militar acumulada ao longo de 10 anos de luta armada; o apoio popular entusiástico que a expectativa da independência despoletou na população moçambicana; a vasta rede de solidariedade internacional que os movimentos de libertação africanos mobilizaram da parte do “bloco socialista” e dos movimentos de esquerda dos países capitalistas.

Nos primeiros anos de independência, as opções radicais do partido que assumiu a liderança e o poder absoluto sobre o Estado Soberano conduziram a mudanças radicais atribuladas e controversas. O livro *Milandos de um sonho* (Adamodjy 2001) narra bem os sonhos e desventuras da transição para a independência moçambicana. Se o povo moçambicano não fazia milando com as mandâncias de nós próprios, afirma um dos personagens do referido livro, ninguém poderia continuar a sonhar, nesta nossa terra que outra vez parece não ser nossa – “Aquele que

semear dia de hoje com defeito, hade recolher dia de amanhã alejado.” (Adamodgy, 2001: 56) Decorridas três décadas, desde a independência, as gerações de hoje continuam a colher frutos alejados e defeituosos, semeado com defeito na 1.^a República (1975-1990).

As mudanças instituídas pela Frelimo após a independência apanharam de surpresa a maioria das Organizações da Sociedade Civil (OSC), seus líderes e activistas.⁶ Para a generalidade dos moçambicanos, o período revolucionário, durante a 1.^a República do Estado Soberano (A República Popular de Moçambique), foi uma experiência ímpar, tanto pelas suas virtudes como pelos seus defeitos. Mas enquanto uns viveram tal experiência como se o paraíso estivesse ao virar da esquina⁷, para outros o sonho converteu-se num pesadelo doloroso e trágico.

O modelo de Homem Novo imposto pelos revolucionários radicais, como referência da sociedade socialista a construir, depressa apresentou características de um puritanismo ascético⁸ que nem a juventude dos países socialistas o reconhecia como viável e mobilizador. O conjunto de medidas revolucionárias (e.g. as nacionalizações da terra, escolas e sistema educacional, saúde e medicina privada, advocacia privada, agências funerárias e prédios de rendimentos) fazia parte de um vasto pacote de combate vigoroso aos chamados “valores decadentes da burguesia e da sociedade tradicional-feudal”; incluía desde o combate ao liberalismo e ao individualismo, nas suas versões mais negativas, até às práticas culturais populares, tais como: ritos de iniciação, poligamia, lobolo, medicina tradicional, entre outros (Machel 1977). Em síntese, sonhos encantadores e ideais imaginando uma sociedade completamente nova conjugavam-se com actos inimagináveis e extremismos ateístas, nuns casos ingénuos, noutros ressentidos e noutros maledicentes e vingativos (Cabrita, 2001, 2005; Fauvet e Mosse, 2003; Freitas, 2003; Laban, 1998; Mallinda, 2001; Matsinhe, 2005; Melo, 1985; Ncomo, 2003; White, 2002; Wegher, 1999: 327-328; Veloso, 2006).

Em três décadas, Moçambique viveu 90% do tempo (exactamente 26 anos) em guerra. Primeiro, a guerra pela independência (1964-1974); segundo, a guerra civil (1977-1992). Não sendo este o espaço apropriado para discutir sobre as causas e as implicações destas duas guerras, um ponto relevante para o tema deste artigo justifica ser referido explicitamente. Salvaguardando as enormes diferenças entre as duas guerras, ambas contaram com uma elevada dose de intolerância política dos regimes instalados e incapacidade dos actores da sociedade, incluindo os actores da sociedade civil, em encontrarem com a devida antecipação alternativas pacíficas e menos destrutivas do que representou o recurso à violência armada. O facto de a guerra civil ter durado 16 anos é, em si, um indicador que revela as enormes dificuldades que a sociedade civil enfrentou, quer pela sua própria sobrevivência quer no esforço de aproximação das duas principais forças beligerantes, apostadas em fazer valer a força das suas obstinações. Por via de bastidores e novos atalhos clandestinos, os milandos do sonho revolucionário acabariam por encontrar saída, assim que o “Estado de Democracia Popular” (Constituição 1975) foi substituído pelo “Estado de Direito” (Constituição de 1990). Tal como refere o recente livro da OSISA (2009a:

78), “A democratização em Moçambique não foi obtida pela via da pressão e mobilização popular, mas, sim, com o fim de um conflito armado e no qual nenhuma das partes lutava pela constituição de uma democracia representativa no país.” As populações também lutavam por razões variadas, adianta ainda a OSISA, entre o descontentamento com as políticas adoptadas pelo Governo e o recrutamento forçado (OSISA, 2009a: 78; OSISA, 2009b).

A inexistência de um processo realmente democrático, em termos de respeito pelas liberdades individuais e pelo pluralismo associativo e político, traduziu-se num profundo empobrecimento cultural, com particular incidência na destruição da ligação (salvo raras excepções) entre os expoentes da cultura literária, musical e desportiva, do Moçambique colonial, e a nova geração de artistas e intelectuais, nascida no período da independência. Apesar disso, ao longo da década de 80 e 90, novos protagonistas, alguns deles reconhecidamente originais e criativos, emergiram em várias áreas: na literatura – Armando Artur Ungulani Ba Ka Khosa, Heliodoro Baptista, Paulina Chiziane, Mia Couto, Luís Carlos Patraquim, Nelson Saúte, Eduardo White; na música – Pedro Ben, Wazimbo, Grupo Nacional de Canto e Dança, Jimmy Dlundu, Chico António; na pintura – Naguib, Gemuce, Ismael Abdula, Samate, Idasse e os pintores de *batik* informais; na imprensa investigativa – Carlos Cardoso; no desporto – a grande revelação, Lurdes Mutola, que se converteu em líder mundial na modalidade de atletismo feminino (Azevedo, 1983; Cabrita, 2001; Frelimo, 1977, 1980; Fauvet e Mosse, 2003; Ngoenha, 2004; Pires e Capstick, 2002).

Em retrospectiva, e a título de balanço, será que os bons exemplos compensam e sobrepõem-se aos maus exemplos e fraquezas da sociedade civil moçambicana, tanto no passado remoto (o Moçambique colonial) como no passado recente (o Moçambique independente)? A resposta a esta questão será dada ao longo do artigo e, na parte final do texto, de forma mais directa. Além da introdução, este artigo está organizado em quatro secções. A primeira secção lida com os conceitos operacionais (sociedade civil, transparência e confiança), o quadro conceptual de referência e a realidade estratégica da actual sociedade civil. A segunda secção aborda a importância da reconciliação do presente com o passado, com destaque para a necessidade de se superar a desvalorização (negação/deturpação) deste, remoto e recente. A terceira secção recorre ao conhecimento disponível sobre o estado da sociedade civil moçambicana (SCM) para elevar o mero conhecimento descritivo disponível a um nível de melhor entendimento da natureza e das causas da sua fraqueza actual. A quarta parte identifica cinco desafios principais, apresentados como imperativos para que a SCM conquiste um elevado nível de credibilidade, a nível nacional e internacional: coragem, honestidade, excelência, transparência e confiança.

ABORDAGEM ANALÍTICA E METODOLOGIA

O título deste artigo identifica duas balizas de referência para a análise apresentada neste texto: expectativas (esperança fundada em promessas ou probabilidade de que algo aconteça) e de-

safios (estímulo, convite, provocação, incitação). Dentro destas duas balizas analíticas, nesta secção explicitam-se alguns dos conceitos operacionais (sociedade civil, transparência e confiança), apresenta-se o quadro conceptual de base e realidade estratégica da sociedade civil que constitui objecto principal de investigação.

O QUE É SOCIEDADE CIVIL?

Entende-se por sociedade civil a arena da sociedade fora da família, do mercado e do Estado, onde as pessoas se associam para realizarem interesses, não só interesses comuns, mas também aspirações e interesses particulares ou mesmo privados.

Esta definição de sociedade civil corresponde em parte à definição operacional, amplamente usada pela CIVICUS nos seus estudos internacionais sobre o Índice da Sociedade Civil (Heinrich, 2004, 2007). O conteúdo da primeira parte da definição é consistente com as definições académicas mais conhecidas, quando reconhecem o objecto da sociedade civil como a arena pública de convergência de acções colectivas (Francisco et al., 2008; Heinrich, 2004, 2007; LSE, 2004; OSISA, 2009b). Porém, na segunda parte da definição a prossecução de interesses comuns aparece intimamente ligada à prossecução de interesses individuais e particulares.

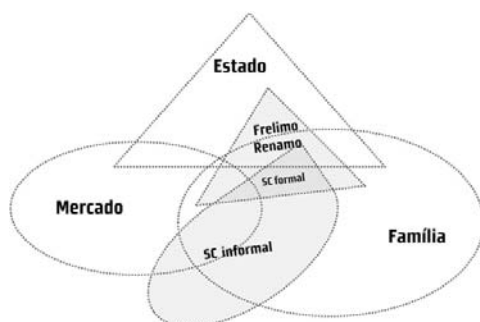
Esta opção é pouco comum, mas afigura-se pertinente e útil, porque evita uma ambiguidade muito frequente nas definições convencionais. Em geral, tais definições deixam implícito, ou tendem a sugerir, que a sociedade civil é uma entidade monolítica, ou que representa apenas o reverso do Estado; ou ainda, que a arena da sociedade civil gira principalmente em torno de interesses comuns, como se os interesses particulares e privados dominantes na sociedade jogassem um papel marginal ou mesmo irrelevante. A definição de referência, neste artigo, engloba os factores subjacentes à dinâmica da sociedade civil: objecto, âmbito, elementos constituintes, propósitos e objectivos.

ARENA DA SOCIEDADE CIVIL E PRINCIPAIS ESFERAS DA SOCIEDADE

Na definição de SC acima apresentada, a palavra “arena” assume um papel operativo importante. O termo “arena” visa descrever o espaço público institucional onde as pessoas se juntam e relacionam, numa base voluntária, sem fins lucrativos; onde valores e interesses da sociedade são transmitidos, se comunicam, cooperam ou competem entre si; onde pessoas com diferentes e múltiplas identidades, se juntam para debater, discutir, negociar ou mesmo conquistar supremacia sobre outras pessoas, visando influenciar políticas e programas sociais, para o bem comum, mas também, para benefício de grupos de interesses individuais e privados.

Pensando de forma mais cuidada e atenta, percebe-se que as definições convencionais de sociedade civil deixam implícito um atributo, aparentemente pequeno, mas, na realidade, crucial. Ao reconhecer a prossecução de interesses comuns, parecem presumir que a arena da sociedade civil congrega apenas actores e motivações colectivistas e altruístas.

FIGURA 1: SOCIEDADE CIVIL E PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA



A Figura 1 apresenta uma representação gráfica da arena da sociedade civil (formal e informal), na sua ligação, articulação e interdependência com as principais esferas institucionais da sociedade: Estado, mercado e família. Porquê estas três esferas? O Estado, porque é a esfera institucional reguladora (política, jurídica e socialmente) do bem comum, dentro de um certo território. O mercado, por ser a esfera onde se produzem e trocam os bens e a riqueza nacional. A família, por ser a esfera institucional de reprodução humana, independentemente das suas formas ou subsistemas.

À partida, nas definições de sociedade civil comumente reconhecidas não existe nada a indicar que o foco de análise deva circunscrever-se às organizações formalmente constituídas (e.g. associações, fundações e ONGs). Porém, na prática, as análises e pesquisas tendem a excluir o universo informal da sociedade civil. Francisco et al. (2008) reconheceram esta limitação analítica, tendo mesmo tentado contornar e superar as suas restrições; só que a metodologia de pesquisa de base não tinha sido concebida para esse efeito.

AMBIENTE AGÓNICO E REALIDADE ESTRATÉGICA

A definição de SC neste trabalho afigura-se suficientemente abrangente e relevante, por dois motivos. Por um lado, ela inclui as principais entidades colectivas e individuais, voluntárias e sem fins lucrativos, no domínio formal da sociedade civil; as entidades fora do domínio do direito público, privado e familiar, com as quais se relaciona e das quais depende, para obter seus recursos humanos, financeiros e materiais. Por outro lado, a definição usada neste texto explicita e contextualiza o objecto de estudo nomeadamente a realidade estratégica, desígnio, objectivos. A realidade estratégica é reconhecida pela passagem na definição referente à associação das pessoas para realizarem interesses, quer comuns quer particulares; quer altruístas quer egoístas. A sociedade civil desenvolve-se num ambiente agónico, ou seja, um ambiente frequentemente conflitual e/ou competitivo. O ambiente agónico da sociedade civil confere à missão e acção das organizações da sociedade civil uma natureza estratégica, no sentido de estratégia entendida como “... busca incessante da vantagem e do sucesso em contextos conflituais ou competitivos” (Abreu, 2004: 69; Fernandes, 2004: 19).

Sem reconhecer a natureza agónica da realidade estratégica da sociedade civil, dificilmente se pode entender por que a definição da CIVICUS, aplicada na pesquisa sobre o Índice da Sociedade Civil

(ISC) 2007 (Francisco et al., 2008), acabou por se revelar contra-intuitiva, para certos activistas e inquiridos. Sobretudo os activistas de distritos fora da Cidade de Maputo foram peremptórios, no seu questionamento à opção da CIVICUS em incluir os partidos políticos na sua definição de sociedade civil, independentemente da sua posição no quadro da luta pelo poder e controlo do Estado. Na opinião de tais activistas, a Frelimo e a Renamo, ao fazerem parte do Parlamento, pertencem mais ao poder político e do Estado do que à sociedade civil.⁹ De igual modo, a opção por se incluir na pesquisa sobre sociedade civil organizações que defendem posições intolerantes, incluindo xenófobas e o recurso à violência; ou organizações anárquicas, defensoras de causas excêntricas, ou actuando secreta e ilegalmente, tem também suscitado controvérsias. Resulta, daqui, uma certa tensão entre uma perspectiva normativa (uma noção teleológica de virtude da sociedade civil), por um lado, e uma perspectiva reflexiva e autónoma do normativismo formalmente estabelecido, por outro. Esta tensão é reconhecida pela literatura, tanto directamente sobre a sociedade civil, como sobre as feições da sociedade em geral (Hayek, 1976; Ottaway and Carothers, 2000: 9-11; Soros, 2008).

A tendência de se restringir a sociedade civil ao seu domínio formal e legalmente constituído ou, ainda, ao grupo mais restrito de organizações politicamente mais activas é ainda outra expressão do não reconhecimento do conteúdo e substância da realidade estratégica da sociedade civil. Por isso aparecem imagens mais ou menos sarcásticas dos representantes da sociedade civil em algumas caricaturas, uma vez que eles são vistos como pequeno grupo de activistas, predominantemente urbanos ou estrangeiros, ou um grupo de activistas, militantes ou voluntaristas, especializados em retiros ou *outdoors*, realizados nos melhores hotéis das principais cidades, ou nas estâncias das mais belas praias moçambicanas.

Não obstante o seu carácter exagerado, tais percepções não surgem do acaso. Parte das OSC urbanas, as mais visíveis e com mais acesso a recursos financeiros, desperdiçam enormes energias em seminários e workshops, dando a impressão que só existem para legitimar e avaliar as políticas implementadas, sobre os mais variados temas em voga – dívida externa, epidemia do HIV-sida, pobreza absoluta, *empowerment* da mulher, grupos desfavorecidos, meio ambiente, para citar apenas alguns dos temas mais apelativos - sem, de facto, se preocuparem com a realidade vivida pelo povo moçambicano. A má reputação das OSC deriva também da percepção de certos activistas, convencidos de que o sucesso é facilmente conquistado se exibirem ou agirem em função das aparências, em vez de agirem e interagirem com os cidadãos.

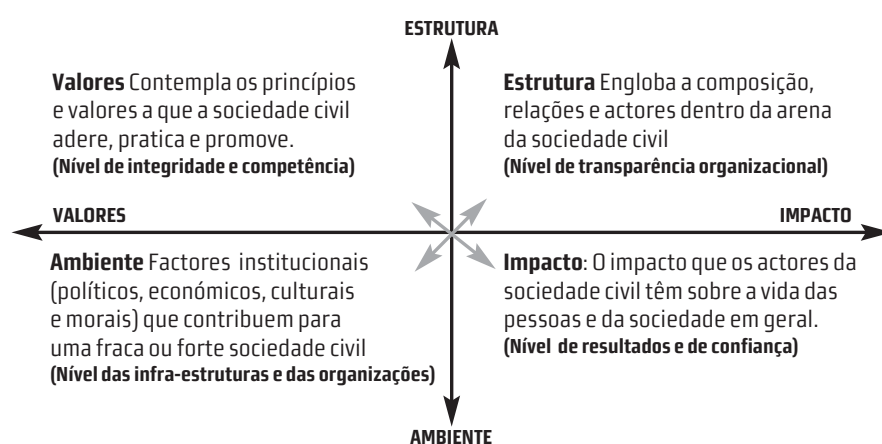
A sociedade civil congrega vontades diferentes ou mesmo antagonicas, conflito de interesses que entram em choque, percepções diferentes, incluindo sobre o papel do individualismo, reduzido por uns à sua conotação negativa, de mero egoísmo, enquanto outros consideram-no pelo seu valor eminentemente criativo e inovador. Sem se reconhecer explicitamente que a própria sociedade civil é simultaneamente palco de interesses cooperativos, mas também concorrenciais e incompatíveis, dificilmente se poderá analisar a dinâmica da sociedade civil moçambicana, compreender a forma e as razões de certas OSC agirem em função de interesses particulares

(lobbies políticos, económicos ou religiosos). O clientismo e uso abusivo das agendas das OSC derivam da natureza agónica da realidade social.

COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: DOIS EIXOS E QUATRO DIMENSÕES

Para melhor estruturação da análise do estado e dinâmica da sociedade civil moçambicana, a partir da definição de referência, operacionalizam-se quatro dimensões básicas, representadas graficamente na Figura 2, em dois eixos principais: o eixo estrutura-ambiente e o eixo valores-impacto. Estes dos eixos inspiram-se na abordagem metodológica usada pela CIVICUS (Heinrich, 2004, 2007).

FIGURA 2 COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: DOIS EIXOS E QUATRO DIMENSÕES INSTITUCIONAIS



FONTE Heinrich, 2004: 22-26

ESTRUTURA E AMBIENTE DA SOCIEDADE CIVIL

O eixo estrutura-ambiente relaciona a composição e relação de interdependência entre a estrutura e o ambiente contextual, no qual a sociedade civil existe e funciona. As duas dimensões dependem directamente dos incentivos que determinam se o crescimento/desenvolvimento ocorre ou não. Isto depende menos da sociedade civil do que pode à primeira vista parecer.

A teoria ou fraqueza da SC é directamente proporcional à natureza das instituições sociais. Se as instituições da sociedade forem favoráveis ao crescimento económico e desenvolvimento humano, a SC será influenciada positivamente, através de mecanismos institucionais (políticos, económicos e financeiros): poupança e investimento interno, intermediação financeira, comércio internacional, investimento externo, investimento em capital humano, inovação e investigação e valorização da criatividade individual e empresarial. Em contrapartida, se as instituições favorecerem o crescimento desequilibrado, nomeadamente a transferência da renda em detrimento da produção e criação de riqueza, o desperdício ou mesmo a destruição, a SC será inevitavelmente afectada de modo negativo (Acemoglu et al., 2001, 2003; Francisco, 2005c; 2007a, 2007c, 2007b; Hayek, 1976; Hodges e Tibana, 2005).

VALORES E IMPACTO DA SOCIEDADE CIVIL

O eixo valores-impacto relaciona o conjunto de atributos e princípios determinantes da credibilidade e confiança perante os cidadãos nacionais e a comunidade internacional. Neste contexto, duas forças são particularmente relevantes, em termos das suas implicações de longo alcance e impacto na dinâmica da sociedade civil: carácter e competência.

A partir dos dois eixos, acima identificados, é possível explicitar e distinguir, por um lado, a parte da fraqueza e limitações da SC resultantes das esferas institucionais e do contexto em que ela se desenvolve (infra-estruturas e transparência organizacional); por outro lado, a parte da fraqueza e limitações da SC, determinada por factores expressos através da confiança (integridade e competência) que inspira na sociedade em geral.

VERDADE E INTERESSE, TRANSPARÊNCIA E CONFIANÇA

O ambiente agónico e a realidade estratégica em que a sociedade civil se desenvolve fazem com que a percepção das expectativas e do mundo em que se vive sejam fortemente reflexivas, no sentido atribuído por Soros (2008: 35): falta de correspondência entre os pontos de vista dos participantes e o verdadeiro estado da situação da realidade.

Não é de modo algum auto-evidente porque é que a procura da verdade deve ter precedência sobre a conveniência dos interesses individuais, alcançáveis, por exemplo, através do poder, político e económico. Mesmo se os cidadãos estivessem convencidos de que a verdade deve orientar a conveniência de interesses, nem sempre é fácil manter honestos e responsáveis os políticos e empresários. Tal como defende Soros (2008: 83), a reflexividade determina tanto o conhecimento como o entendimento disponível. Neste texto recorre-se a algumas das ideias e princípios instrumentais, em torno de dois conceitos operacionais importantes: transparência e confiança (Covey, 2005; Covey, 2006; Collins, 2006, 2007; Tapscott e Ticoll, 2005).

A FORÇA DA TRANSPARÊNCIA

Uma antiga força com novo poder vem surgindo, não só nos negócios lucrativos como também nas actividades públicas e sem fins lucrativos. Esta força é a transparência, entendida como a acessibilidade às informações institucionais referentes a assuntos que afectam os interesses das OSC e dos seus membros, por parte do público ou de outras organizações (Tapscott e Ticoll, 2005: 22-23). Assim definida, a transparência vai muito além da obrigação de revelar informações financeiras básicas, por razões legais ou puramente éticas, convertendo-se numa força compensadora, em termos de credibilidade, estima e benefícios económicos (Covey, 2005; Covey, 2006; Tapscott e Ticoll, 2005: xi).

A VELOCIDADE DA CONFIANÇA

Três séculos antes de Cristo, como sublinha Tapscott e Ticoll (2005: 81), já Aristóteles afirmava que o *ethos*, a confiança depositada em um orador pelo ouvinte, dependia da percepção de três

elementos: a exactidão das opiniões, o carácter (confiabilidade, competência e honestidade) e a boa vontade (intenções benévolas em relação ao ouvinte). Mais de dois mil milénios depois, as palavras do grande filósofo continuam inteiramente actuais e válidas: “A confiança é a expectativa de que os outros serão honestamente responsáveis, atenciosos e abertos.” (Tapscott e Ticoll, 2005: 81) Covey identificou dois princípios (velocidade e custo), com implicações directas para a produtividade económica e a eficiência da sociedade em geral; mais do que leis económicas, são princípios de excelência, na perspectiva elaborada por Collins (2006, 2007). Expressando os referidos princípios em fórmulas simples, como sugere Covey, a confiança pode relacionar-se, através de expressões tangíveis e quantificáveis, com os dois factores determinantes dos resultados (velocidade e custo):

$$\wedge \text{Confiança} = \wedge \text{Velocidade e } \vee \text{Custo}$$

$$\vee \text{Confiança} = \vee \text{Velocidade e } \wedge \text{Custo}$$

Quando aumenta a confiança, aumenta a velocidade e diminui o custo das relações. Quando diminui ou desaparece por completo a confiança, diminui a velocidade e aumenta o custo das acções e relações. Assim, a confiança actua como um factor (aparentemente oculto) que faz enorme diferença, para bem ou para mal, um factor com efeito quer acelerador ou mesmo multiplicador, quer redutor ou retardador da confiança.

Que nível de confiança desfruta a sociedade civil moçambicana? A resposta, a esta questão dificilmente pode ser única. Na terceira secção, este assunto será retomado para responder à interrogação aqui colocada.

ANTECEDENTES E CONTEXTO HISTÓRICO

Moçambique, entendido como Estado moderno, nasceu na última década do século XIX, reflectindo a evolução histórica da sua região, repleta de longas e conturbadas disputas fronteiriças, de complexos diálogos entre tendências centralizadoras e descentralizadoras, quer com o seu epicentro na Europa quer na região da África Austral. Foi em 28 de Maio de 1891 que se consumou o tratado entre a Grã-Bretanha e Portugal, que estabeleceu a configuração geográfica do território, desde então conhecido por Moçambique. Deste facto decorreu também a definição da composição da população moçambicana, incluindo a sua composição demográfica, dinâmica reprodutiva e grande diversidade étnica e linguística (Fly, 2001; Matos, 1965: 35-55; Newitt, 1997: 291-342; Pélissier, 2000: 144).

Foram precisos 84 anos para que Moçambique se tornasse independente da administração colonial portuguesa. A independência nacional, proclamada em 1975, permitiu que os outros

dois elementos, do Estado-nação (Governo e Bem Comum) deixassem de ser definidos à imagem e semelhança, ou em função, por um lado, de uma identidade estrangeira e além-mar e, por outro, do quadro social discriminatório laboral e fiscal que entraram em vigor na década de 1890 discriminando entre *indígenas* e *não-indígenas* (também referidos como os *civilizados*), que só seria revogado em 1961 (Mouzinho, 2000; Newitt, 1997: 384-386; Souto, 2007: 101).¹⁰

Lendo a generalidade das análises, nos discursos políticos e mesmo trabalhos académicos recentes, fica-se com a impressão de que o nascimento de Moçambique, como país, não passou de um acidente irrelevante e casual. Ao confundir-se o nascimento do Estado soberano com o nascimento de Moçambique, as novas gerações podem ficar com a ideia que o estabelecimento, em finais do século XIX, dos elementos constitutivos do Estado-nação (território e povo) é irrelevante.

TABELA 1 BREVE CRONOLOGIA DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA

| | |
|-------------|--|
| 1868 | Surge primeiro jornal não oficial – <i>O Progresso</i> |
| 1891 | NASCIMENTO DE MOÇAMBIQUE Estabelecimento das fronteiras que configuram o território do país e a composição demográfica da população moçambicana |
| 1899 | Várias organizações associativas surgem no fim da Monarquia portuguesa |
| 1909 | João Albasini funda <i>O Africano</i> , publicado em português e ronga |
| 1910 | INÍCIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA |
| 1911 | Tentativa de criação da União Africana dos Trabalhadores (UAT) em Lourenço Marques |
| 1917 | Revolta do Bárue; portaria diferencia “indígenas” de “não-indígenas” |
| 1918 | Surge <i>O Brado Africano</i> , de João e José Albasini, patrocinado pelo Grémio Africano de Lourenço Marques |
| 1925 | No orçamento de Moçambique, atribuídos sete mil contos às Missões Católicas. |
| 1926 | REVOLUÇÃO MILITAR 28 DE MAIO – CONSTITUIÇÃO DE 1911 SUSPensa, DISSOLUÇÃO DO PARLAMENTO E GOVERNO DE DITADURA |
| 1933 | “Estado Novo” – doutrinário, corporativista, antiparlamentar; um Chefe de Estado e Governo, independentes do poder legislativo. Surgimento de organismos corporativos morais, culturais e económicos, em reacção ao regime de partido único colonial |
| 1941 | Desabrochar do movimento literário – poeta Rui de Noronha, Noémia de Sousa, José Craveirinha, entre outros |
| 1949 | Fundação do NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique) |
| 1962 | Fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) |
| 1964 | Início da luta armada em 25 de Setembro |
| 1972 | Domingos Arouca declarado “Preso Político do Ano” |
| 1974 | Golpe de Estado de 25 de Abril na Metrópole Colonial Acordo de Lusaka em 7 de Setembro de 1974 |
| 1975 | INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE – REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE – 1.ª REPÚBLICA Surgem Organizações Democráticas de Massas (ODMs) no contexto de um regime de partido único |
| 1989 | Greve estudantil na Universidade Eduardo Mondlane |
| 1990 | INÍCIO DA 2.ª REPÚBLICA – ESTADO DE DIREITO Processo multipartidário, liberdade de expressão e associação. |
| 1992 | Acordo de Paz, fim da guerra que durou 16 anos |
| 1994 | Primeiras eleições gerais multipartidárias, presidenciais e legislativas |
| 1998 | Primeiras eleições municipais para 33 municípios, abrangendo menos de um quarto da população em idade de votar |

FONTE Serra, 2000; Newii, 1997; Rocha, 2002; Sopa et al., 2006

Os discursos políticos oficiais mostram sérias dificuldades em se reconciliar com o passado, tanto o passado mais remoto como o mais recente. Foi aceite uma vasta gama de elementos e atributos estabelecidos na luta entre a consolidação do Estado Novo e afirmação de uma moçambicanidade independente. Foi apropriada, por exemplo, a língua do colonizador (o Português), da máquina administrativa pública estabelecida em todo o território nacional; de uma parte significativa do legado judicial e da simbologia estabelecida pelas autoridades portuguesas, como por exemplo as datas celebrativas da conversão das principais cidades provinciais e distritais, durante o período colonial.

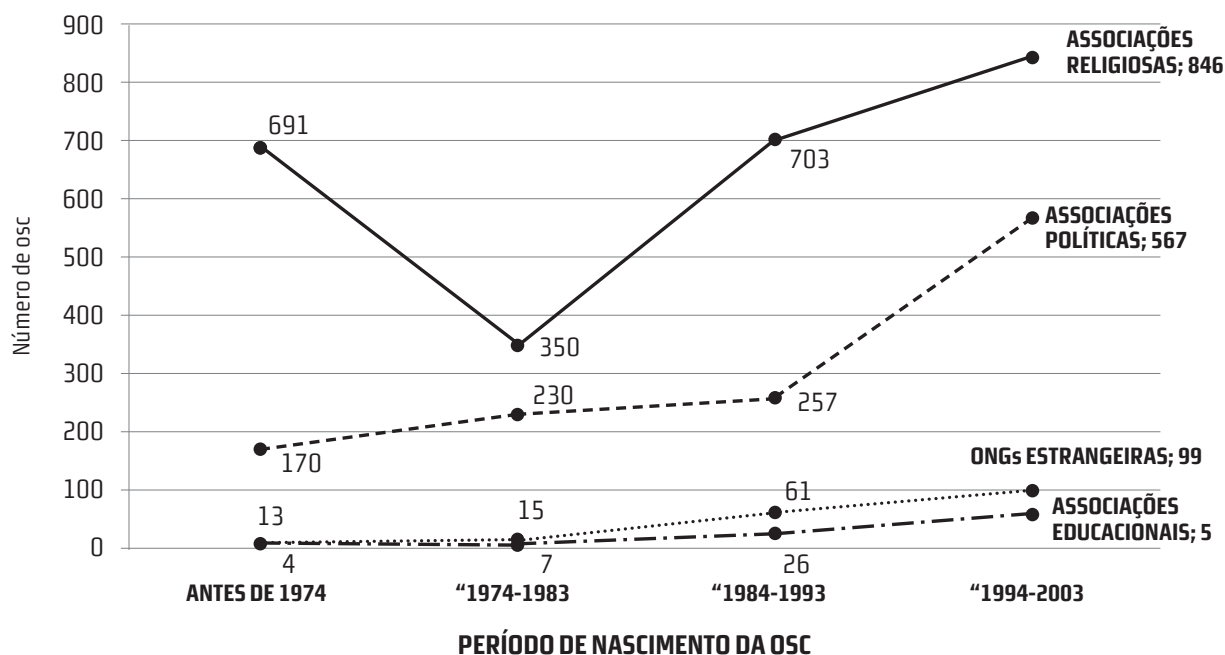
Em contrapartida, como escreveu algures Mia Couto, em vez de escangalhar o Aparelho de Estado Colonial, como se proclamava repetidamente nos primeiros anos de independência, escangalhou-se o estado do Aparelho. Não existe uma avaliação sistemática e abrangente do impacto destas mudanças radicais políticas na sociedade civil.

O ponto relevante, aqui, não é tanto a ficção do ideário e mítico, como por exemplo o que foi elaborado por Craveirinha, no seu poema intitulado “Poema do futuro cidadão”. Quando se observa, com crescente frequência, mesmo estudantes universitários, na fase final dos seus cursos superiores, convencidos que Moçambique nasceu em 1975; ou convencidos que grande parte da “cidade de cimento”, na Capital de Moçambique e outras cidades provinciais, foi construída depois de os colonos terem abandonado o país; estamos perante um elevado grau de ignorância do legado histórico, que nada tem que ver com ficção artística ou poética. Perante ignorância tão básica, percebe-se que o reconhecimento da experiência das organizações da sociedade civil, no Moçambique colonial, seja considerado gratuito e irrelevante para as organizações contemporâneas. Mas se isso é aceite, relativamente ao passado remoto, o mesmo acaba por acontecer em relação ao próprio passado recente.

Tal como se sublinha na introdução, a evolução histórica da SCM é mais rica do que as análises contemporâneas têm reconhecido, ao circunscreverem-se ao período pós-1975. Ao longo de quase um século, dependendo dos processos institucionais, políticos e socioeconómicos, a sociedade civil moçambicana tem desenvolvido feições, dinâmicas e processos diversos, nuns períodos mais expansivos noutros mais regressivos.

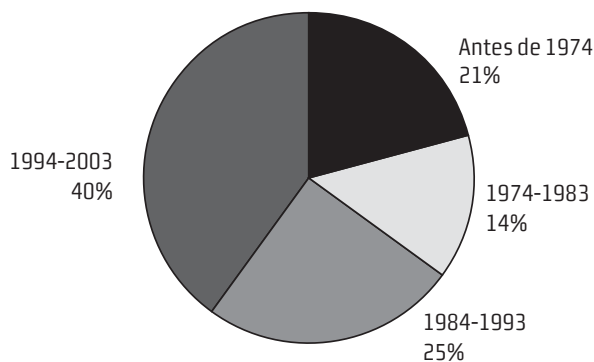
Não é possível reconstruir estatisticamente a evolução histórica de longo prazo, mas a representação ilustrada pelos Gráficos 1 e 2 na Figura 3 capta parte significativa da evolução da sociedade civil formal, representada pelas organizações abrangidas pelo censo do INE (2006), às organizações sem fins lucrativos. Cerca de um quarto das organizações recenseadas em 2004/05 nasceram antes da independência, com destaque para as associações religiosas. Após a independência observa-se uma quebra drástica das associações religiosas e a inexistência de ONGs, nacionais ou estrangeiras. Mais de 40% das associações nasceram após o início da 2.^a República, sobretudo depois do Acordo de Paz de 1992 e das primeiras eleições gerais multipartidárias em 1994.

FIGURA 3A ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PERÍODO DE NASCIMENTO, MOÇAMBIQUE 2004/2005



Fonte INE, 2006: 98

FIGURA 3B ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, SEGUNDO PERÍODO DE CONSTITUIÇÃO, MOÇAMBIQUE 2004/05



Fonte INE, 2006: 98

N.º de Organizações 4457

O que é que o passado remoto tem que ver com o actual estado da sociedade civil, nomeadamente suas perspectivas e desafios futuros? Existem várias hipóteses explicativas. Não sendo este o espaço apropriado para aprofundar exaustivamente as hipóteses explicativas mais importantes, opta-se por destacar algumas das hipóteses que podem, de imediato, ser ilustradas com recurso à informação reunida neste texto.

ENTERRAR O PASSADO E FALSIFICAR O PRESENTE

Segundo Coetzee (2007: 9), existe em certas representações da mentalidade africana a ideia de que a partir da sétima geração já não se consegue fazer a distinção entre história e mito. Se isso é verdade, na sua generalidade, o mesmo não se pode dizer do que se passa na mentalidade moçambicana contemporânea, incluindo no tocante à evolução histórica sobre a SCM.

Aqui, a confusão entre história e mito parece ter começado prematuramente, logo na primeira geração do Estado Soberano, criado em 1975. Recentemente, Couto (2007) deixou escapar um certo desconforto pela forma como o passado e o presente têm sido geridos, o qual inspirou o título desta secção: Vivemos num mundo em que grande parte da nossa energia é usada para enterrar o passado e falsificar o presente. Estamos doentes da nossa relação com o tempo e estamos todos nós construindo um passado cheio de esquecimento. Fugimos da lembrança da guerra, das feridas não cicatrizadas que podem abalar a imagem de um presente que sabemos frágil (Couto, 2007).¹¹ Apesar dos testemunhos históricos tornados públicos pelos historiadores contemporâneos (Serra, 2000; Newitt, 1997; Pélissier, 2002), uma razão superior às evidências empíricas tem levado certos intelectuais e políticos influentes a perpetuarem o mito de que Moçambique nasceu em 1975. Incluindo alguns dos políticos que viveram parte da sua juventude no Moçambique colonial, por alguma razão acharam conveniente investir na imagem de um Moçambique que se diz ter nascido com o Estado Soberano, como se não pertencessem ao Moçambique estabelecido em finais do século XIX.

Tal como escreveram Meneses e Ribeiro, a “invenção” do Moçambique actual em finais do século XIX representou uma ruptura significativa com um conjunto de representações e percepções identitárias anteriores ao nascimento de Moçambique, tal como passou a ser conhecido. A partir de então a (re)construção desta região passou a ser moldada pela “imaginação colonial portuguesa”, alienada “das complexidades do local e da história local”:

“Que silêncios e omissões estão contidos na transformação de um lugar – ilha-capital de uma colónia – em fantasia de um território que Portugal obtém, pela força das armas e da cartografia moderna, aquando da partilha de África, na conferência de Berlim (1884-85)?”
(Meneses e Ribeiro, 2008: 9)

DESVALORIZAR O PASSADO ENSINA A ESCAMOTEAR O PRESENTE

Segundo Almeida (1965), referindo-se a um inquérito promovido pelo Governo Português em 1936 sobre a escravidão, escravatura e servidão doméstica, que visava verificar a existência ou não destas formas de incapacidade jurídica, até à completa ocupação de Moçambique, na última década do século XIX, os chamados indígenas, distinguiram-se entre si em pelo menos duas classes: 1) a classe das pessoas livres; por exemplo, a sul do rio Save, esta classe reunia senhores e líderes comunitários: régulos, indunas, conselheiros, secretários, chefes de povoação, comandantes do exército, guerreiros

ros e a restante população não pertencente à classe servil, com suas famílias; e 2) a classe das pessoas servis, abrangendo os escravos ou servos, incluindo prisioneiros de guerra intertribais ou interclânica, indivíduos capturados por vários motivos, como assassinio, roubo, dívidas, entre outros. As práticas escravagistas, incluindo as formas domésticas, acabariam por ser extintas pela administração colonial, mas foram, logo de seguida, substituídas por outras formas de discriminação social e racial e de servidão humilhante, incluindo as culturas obrigatórias e o trabalho forçado (Almeida, 1965; Isaacman e Isaacman, 2006; Newitt, 1997; Serra, 2000; Silva, 2003: 434-435).¹² Só em 1961 é que o Estado Novo português aboliu o Estatuto dos Indígenas, tendo declarado todos os habitantes nativos como cidadãos portugueses de pleno direito (Mondlane, 1977: 38). Tal mudança resultou, em grande medida, da contestação dos nacionalistas emergentes, em afirmações individuais ou associativas; através da imprensa, da poesia e de outras expressões emancipalistas africanas, com particular destaque para a que ficou conhecida por Pan-Africanismo (Serra, 2000: 432-456; Silva, 2003).

A discriminação racial era ainda tão activa, nos anos 50, que a chamada Associação dos Naturais de Moçambique considerava como naturais de Moçambique apenas os brancos nascidos no território moçambicano. Os negros e mulatos, apesar de nascidos e naturais de Moçambique, eram excluídos da categoria “naturais”.¹³

SOCIEDADE CIVIL PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E AMNÉSIA

A secção “Evolução histórica” da “Sociedade Civil”, no livro da OSISA (2009a), afirma: “*No período do partido único, a participação da sociedade civil estava coarctada por vários constrangimentos inerentes ao próprio regime político.*” (OSISA, 2009a: 73) O recurso ao termo “coarctada” é, em si, um curioso vestígio do refúgio na linguagem eufemística em que os analistas se têm refugiado nas suas análises.¹⁴ Nenhuma referência – nem uma simples frase ou palavra, já que se trata de uma brevíssima retrospectiva – é feita aos antecedentes históricos da sociedade civil, cobrindo mais de oito décadas, entre o nascimento de Moçambique e o nascimento do novo Estado Soberano, em 1975. Será isto normal? Se não, como se entende esta persistente opção por se enterrar o passado histórico remoto? Mesmo sabendo não haver aqui espaço para aprofundar, algumas hipóteses explicativas possíveis. A opção pelo mito do nascimento de Moçambique em 1975 tem poupado certos analistas influentes do inconveniente político que teriam de enfrentar se optassem por uma postura intelectual consistente com o passado e menos refém da retórica politicamente correcta dominante. Nem que seja por uma questão de comodismo intelectual, acaba por ficar mais fácil tratar o período do Moçambique colonial como uma espécie de pré-história da historiografia do partido hegemónico. Esta é uma explicação plausível para a opção amnésica revelada, por exemplo, no livro da OSISA (2009a). Uma segunda hipótese, certamente mais controversa, poderá estar por detrás da desvalorização da experiência da sociedade civil no Moçambique colonial. As pessoas que acabaram por se tornarem líderes proeminentes, no período posterior à independência, eram originárias das elites

urbanizadas, geralmente as elites que mais oportunidades tiveram de adquirir habilitações literárias e consciência política. Ainda na primeira década da 1.^a República portuguesa, iniciada em Outubro de 1910, surgiram movimentos cívicos e organizações associativas em reacção ao ambiente social claramente discriminatório, no quadro das três classes de cidadãos principais: colonos (com plenos direitos de cidadania), assimilados (com direitos de cidadania restritos) e indígenas (sem direitos de cidadania). “*As organizações associativas mais importantes em Moçambique*”, escreveu Serra (2000: 442), “aparecem nos [sic.] últimos anos da monarquia portuguesa. São (...) os assimilados e mulatos a lançarem-se nestas iniciativas. A primeira foi o Grémio Africano de Lourenço Marques, fundado em 1908.” Referindo-se à origem do nacionalismo, Eduardo Mondlane (1975), primeiro presidente da Frelimo escreveu no seu livro *Lutar por Moçambique*:

As condições eram desfavoráveis à expansão das ideias nacionalistas por todo o país. Por causa da proibição de associação política, da necessidade de segredo imposta por esta proibição, da erosão da sociedade tradicional e da falta de educação moderna nas áreas rurais, foi só entre uma minoria diminuta que ao princípio se desenvolveu a ideia de acção nacional em contraposição com acção local. Esta minoria era predominantemente urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos essencialmente desenraizados do sistema tribal, na sua maioria africanos assimilados e mulatos; por outras palavras, um pequeno sector marginal da população. (Mondlane, 1977: 11)

Foi da minoria predominantemente urbana, para usar a expressão de Mondlane, que emergiram os futuros líderes políticos, nas décadas mais repressivas do Estado Novo de Salazar; líderes reformistas e, eventualmente, os líderes mais radicais e extremistas, que acabariam por conduzir os destinos da Frelimo.

Será preciso investigar melhor (se tal for possível) para determinar se a opção pelo radicalismo não terá sido uma forma de encobrir a origem assimilada, no período colonial. Os assimilados eram discriminados e preteridos (profissional e socialmente) pelos brancos de primeira (nascidos na metrópole) e de segunda (nascidos em Moçambique), para funções subalternas na administração e mercado colonial (Newitt, 1997: 386). Como demonstram os testemunhos históricos, a generalidade dos nacionalistas e independentistas, predominantemente mulatos e negros assimilados urbanizados, desejavam o fim do regime colonial, mas não eram revolucionários extremistas. Eram, à semelhança de outros intelectuais e políticos africanos no período pré-independência, defensores de mudanças reformistas do sistema, contra a discriminação política e social dos assimilados e sobretudo dos chamados indígenas.

NEOMOÇAMBICANO: HESITAÇÃO ENTRE SER PIOR OU PÉSSIMO¹⁵

Os acontecimentos contemporâneos diferem dos históricos, como escreveu Hayek (1990: 30), porque desconhecemos os resultados que irão produzir. Os acontecimentos observados nas

duas últimas décadas, se bem que recentes relativamente aos mais antigos, representam o passado recente da sociedade civil contemporânea. Até às reformas do sistema político e jurídico, introduzidas pela Constituição da República de 1990, a sociedade civil formal moçambicana ficou circunscrita e dominada pelas chamadas Organizações Democráticas de Massas (ODM), incluindo a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Organização da Mulher Moçambicana (OMM), sindicatos dos trabalhadores, entre outras. As ODM assumiam-se como os “braços” do partido Frelimo, sendo por ele totalmente instrumentalizadas e profundamente alienadas da diversidade de interesses dos grupos que diziam representar.¹⁶

Não havendo espaço para analisar mais extensivamente, do que pode ser inferido pelo que já foi escrito sobre os méritos e deméritos das OSC que emergiram na 1.^a República, pelo menos um aspecto bem presente na literatura de ficção e analítica merece ser sublinhado. Tem que ver com o crescente empobrecimento intelectual e cultural que se apoderou da mentalidade que se tornou dominante na sociedade moçambicana; a mentalidade da nova elite, intelectual e culturalmente empobrecida. O vazio cultural e ético em que assentava a moral revolucionária, ao qual já foram feitas referências neste texto, é consistente com uma certa necessidade de desvalorização da experiência (artística, literária, desportiva e musical) da sociedade civil do período colonial. Vendo à distância, torna-se agora mais fácil perceber que o radicalismo contra os valores burgueses e tradicionais poderá ter sido a forma encontrada para ganhar uma supremacia em torno do ideário do modelo do Homem Novo. Um ideário que não tardou em mostrar-se totalmente desajustado da realidade moçambicana, incapaz de oferecer uma moralidade mais nobre e virtuosa do que os chamados valores da sociedade velha, e por isso, potencialmente inviável, a longo prazo.

“UMA POPULAÇÃO QUE NÃO FALA NÃO É UM RISCO?”

Ao rever as reflexões de alguns dos principais expoentes da literatura e da intelectualidade moçambicana nos últimos anos da sua vida, nota-se o sentimento de tristeza e amargura com o neo-moçambicano, para usar o título de um dos poemas de Craveirinha.

Três exemplos apenas são suficientes para ilustrar este ponto. Ao longo dos anos de independência, o poeta José Craveirinha manteve a sua dignidade irreverente, em poemas como “Sabrosas tangerinas de Inhambane”, com a sua crítica ao aparelho do sistema – “Uma população que não fala não é um risco?”, questionava o poeta – “... e com a incompreensão façam lá nascer a ternura/ o amor e a paz se são capazes!”¹⁷ Craveirinha questionava ainda a tendência excludente das recentes afirmações de moçambicanidade:

... de que nós somos um povo bantu ... Há tantos moçambicanos que não são bantus! Quando impõem isso, uma pessoa sente-se excluída. Estão a brincar com a ciência! Há toda uma série de factores que concorrem para que um cidadão seja um cidadão fiel, verdadeiro e não ser bantu. (Craveirinha, in Laban, 1989: 128)

Um dos poemas mais contundentes na crítica ao tipo de carácter da moçambicanidade intitula-se “Neomoçambicano”: “Hoje um neo-moçambicano / Não passa de um ignaro subterfúgio / Da nossa moçambicana incivilidade // Hesitação / Entre ser pior ou péssimo / Da nossa extemporânea / Filosofia de quem sabe pouco / E julga escamotear no descarro / A urbanidade que lhe / escasseia; // Daí que eu e o meu amigo Sitói de pixotas em punho / Desarborizamos a mijo as artérias da cidade (Craveirinha, in *Naguib*, 2008: 25).

CUSTO E BENEFÍCIO DO RADICALISMO

O jornalista e ficcionista Aníbal Aleluia recordou, numa entrevista de 1992: “Com a ressalva de estar independente, para mim quase que nada mudou. O que mudou foi para pior.” Ainda Aleluia: “O que custou à Nação a afectação inconsiderada de certa gente mostra-o o caos total que instalou na vida de todos nós. Do regime que se está a ultrapassar só conservo uma lembrança penosa. Mas existe no *establishment* alguém a quem devo estar ainda vivo: Marcelino dos Santos.” (Aleluia, in *Laban*, 1989: 34)¹⁸

LIQUIDAR O PRESENTE, EM NOME DE UM PROGRESSO SEMPRE FUTURO

O escritor Calane da Silva afirmou em 1992: “Há muita gente que tem medo de recordar-se da sua própria infância, ou até não quer mostrar, de tão violenta que ela foi – até pode não ter sido violenta, pode ter sido agradável – mas não conta que foi agradável, esconde.” A seguinte passagem, ainda de Calane da Silva, é particularmente reveladora para se entender as contradições do carácter da mentalidade neomoçambicana:

... fui jornalista sempre crítico, tive problemas com a PIDE no tempo colonial e tive problemas com o SNASP no tempo da Frelimo! ... havia coisas tão extremamente injustas que eu não podia ficar calado ... sobre as crianças instrumentalizadas ... se é a Frelimo, se é a Renamo ... eu sei que aquilo aconteceu, não sei quem o comandou, mas de facto aquilo aconteceu ... Não admito uma coisa daquelas, aquilo é um barbarismo tremendo. Assim como fuzilar ... O fuzilamento do Estado, também não concordo, acho que não é assim, portanto manifesto ... Aqui havia uma censura oficial, no tempo colonial; depois da Independência houve uma espécie de autocensura ideológica ... porque estavam convencidos que eram uns grandes marxistas-leninistas! Em nome de um progresso, em nome de uma futura nação – sempre o futuro – liquidavam o presente! (da Silva, Laban, 1989: 783-784)¹⁹

O escamoteamento e falsificação do passado mina a maturidade do carácter e dignidade da sociedade em geral, e da sociedade civil, em particular. De geração em geração, a sociedade civil é forçada a renascer do nada. Este, entre outras questões sublinhadas na secção anterior, serve de referência para reflexão sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Revisitando o passado remoto, em vez de completamente varrê-lo das análises retrospectivas, é possível avaliar

se no passado recente e no presente não estavam ainda a ocorrer expressões de escravidão, servidão doméstica, incluindo tráfico de pessoas, formas degradantes e desumanas de condições de trabalho e de vida, praticadas em várias partes de Moçambique.

As mudanças positivas, após a queda do regime colonial, têm sem dúvida melhorado a vida de uma pequena parte da população. O acesso à terra, relativamente facilitado pelo facto de ser propriedade exclusiva do Estado, ou a relativa facilidade de se emigrar para procurar emprego em países vizinhos, não têm constituído opções suficientemente capazes de proporcionar trabalho sustentável e vida dignificante. Porém, após quase quatro décadas de independência da administração colonial, são ainda muitas as evidências de que Moçambique continua refém de relações de escravidão e servidão doméstica, bem como condições de trabalho e de vida indigentes e desumanas.

ACTUAL SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA É FRACA: PORQUÊ?

A secção anterior sublinha o impacto destrutivo da relação problemática com o passado herdado, nomeadamente em termos de enfraquecimento da maturidade da sociedade civil. Porém, a valorização ou desvalorização do passado é uma questão da inteira responsabilidade dos protagonistas, nomeadamente dos líderes da sociedade civil contemporânea. A desvalorização das iniciativas corajosas, criadoras ou inovadoras, ou o desprezo pelo sentido de justiça e de compaixão, é algo que tem que ver com o carácter da actual SCM. Só que, para se entender correctamente o papel desta dimensão da sociedade civil, é preciso situar tal dimensão no contexto mais amplo dos dois eixos principais em que se alicerça a sociedade civil (ver Figura 2).

O entendimento das instituições da sociedade civil moçambicana não depende tanto da quantidade de factos acumulados, mas de se ter os conceitos, explicações e abordagens adequadas. A literatura sobre a SCM pode ser considerada mais ou menos escassa, ou mesmo deficiente, dependendo dos critérios de avaliação e dos propósitos da análise. Enquanto o conhecimento sobre o estado das OSC formais (tanto conhecimento qualitativo como quantitativo) aumentou substancialmente na última meia dúzia de anos²⁰, o mesmo não pode ser dito sobre as representações e redes da sociedade civil, informais e praticamente desconhecidas, mas que são aquelas que no quotidiano são mais relevantes em termos sociais e de satisfação dos interesses comuns dos seus participantes.

A QUESTÃO DA FRAQUEZA DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA

O fraco conhecimento sobre o domínio da sociedade civil informal não justifica que o conhecimento da componente formal seja desconsiderado. Pelo contrário. Um bom conhecimento e entendimento da dinâmica da sociedade civil formal é indispensável para se encontrar caminhos realistas e efectivos para a sua crescente transformação em entidades socialmente mais relevantes.

Observando em detalhe as quatro dimensões da sociedade civil (Figura 2), é possível identificar e qualificar cada uma delas, através das suas respectivas variáveis (a Caixa 1 apresenta um resumo da pontuação das principais variáveis, nas subdimensões e dimensões do ISC). De uma maneira geral, todos os estudos corroboram a ideia de que a SCM é fraca. As divergências na avaliação da fraqueza da SCM dependem dos critérios ou padrões de qualidade, das variáveis consideradas mais ou menos fracas, em oposição às variáveis consideradas mais ou menos robustas ou fortes.

CAIXA 1 SUMÁRIO DA PONTUAÇÃO DAS PRINCIPAIS SUBDIMENSÕES DO ÍNDICE DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA EM 2007

| | |
|------------------|---|
| ESTRUTURA | A dimensão Estrutura contempla os actores dentro da arena da sociedade civil, suas características e relações entre eles. Avalia-se o tamanho, força e vitalidade das organizações da sociedade civil (OSC) quanto aos recursos humanos, organizacionais e financeiros. As subdimensões incluídas na estrutura, com a respectiva pontuação para a SCM são: amplitude (1,2) e profundidade (1,2) da participação cidadã; diversidade de participantes na SC (1,3); nível de organização (0,6); inter-relações dentro das OSC (1,5) e recursos (0,7). A pontuação média agregada da estrutura, referente ao ano 2007 em Moçambique, foi de 1,1 ponto. A baixa pontuação deriva sobretudo do baixo nível organizacional das OSC (0,6) e da fraca disponibilidade de recursos (0,7). Apenas uma subdimensão (inter-relações dentro das OSC) apresenta um nível mediano (1,5). |
| AMBIENTE | O ambiente externo, no qual a SC existe e funciona, compreende indicadores como os seguintes: contexto político (1,0), liberdade e direitos (1,7), contexto socioeconómico (1,0) e sociocultural (2,0); ambiente legal (1,0), relações entre Estado e SC (0,7), Sector Privado e SC (0,8) e relações entre Doadores e SC (1,3). A pontuação média agregada, na dimensão ambiente, foi de 1,2 pontos. A SCM apresenta-se bastante fraca, nas relações com o Estado e com o sector privado. As razões da referida fraqueza são certamente diferentes. Com o Estado, a SC enfrenta dificuldades de ordem institucional, política, legal e administrativa. O quadro legal disponível é excludente e avesso, tanto às organizações informais como às estrangeiras; as OSC formais recebem apoio financeiro mínimo (menos de 5% das suas receitas totais). Do mercado, a SCM recebe o maior apoio financeiro (cerca de 70% das receitas com origem externa e 25% do mercado nacional). Todavia, sendo a economia nacional globalmente fraca e pequena, tal fraqueza afecta, directa ou indirectamente, o potencial e a capacidade de expansão da SCM. |
| VALORES | Esta dimensão abrange os valores praticados e promovidos pela sociedade civil, nomeadamente: democracia (1,0), transparência (0,7), tolerância (1,5), não-violência (1,5), equidade de género (0,7), erradicação da pobreza (2,0), sustentabilidade ambiental (1,0) e equidade na diversidade (0,8). A pontuação média agregada, na dimensão Valores, foi de 1,1 ponto. As subdimensões mais críticas são: Transparência (0,7 pontos), Equidade de Género (0,7 pontos) e Equidade na diversidade (0,8). Apenas a Erradicação da Pobreza obteve pontuação satisfatória (2 pontos). |
| IMPACTO | Na dimensão Impacto, como o termo sugere, avalia-se o impacto ou influência dos actores da SC na vida das pessoas e da sociedade. A SCM apresenta a seguinte pontuação: política pública (1,2), escrutínio do Estado e empresas privadas (0,5), resposta aos interesses sociais (1,0), empoderamento dos cidadãos (0,8) e resposta às necessidades sociais (1,3). A pontuação do Impacto da SCM foi de 1,0 ponto; ou seja, impacto fraco, principalmente no escrutínio e monitoria das contas e funcionamento do Estado e das empresas privadas. |

FONTE Francisco et al., 2008

Os Gráficos 3 e 4 sintetizam o agregado de um índice composto por 80 variáveis, organizadas em quatro dimensões e 27 subdimensões (ver anexo 4: Matriz de Pontuação dos Indicadores do ISC, Francisco et al., 2008: 121). A classificação média de um, do Índice da Sociedade Civil (ISC), numa escala de 0 a 3 pontos, sugere que a SCM é fraca; zero representa ausência total, enquanto três representa disponibilidade completa do atributo ou característica avaliada. O valor médio do ISC corresponde à média aritmética das pontuações atribuídas aos 80 indi-

cadores, ordenados em quatro dimensões: estrutura (1,1 pontos), ambiente (1,2 pontos), valores (1,1 pontos) e impacto (1,0 pontos).

A fraqueza da SCM é particularmente acentuada, por um lado, por 15% dos 80 indicadores terem recebido classificação de zero pontos, 59% entre zero e 1,5 pontos e 26% terem recebido 1,5 ou mais pontos. Ou seja, cerca de 74% das variáveis estão abaixo da média, enquanto somente 26% obtiveram uma classificação igual ou superior à média (Gráfico 4).

GRÁFICO 3 DIAMANTE DO ÍNDICE DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA 2007

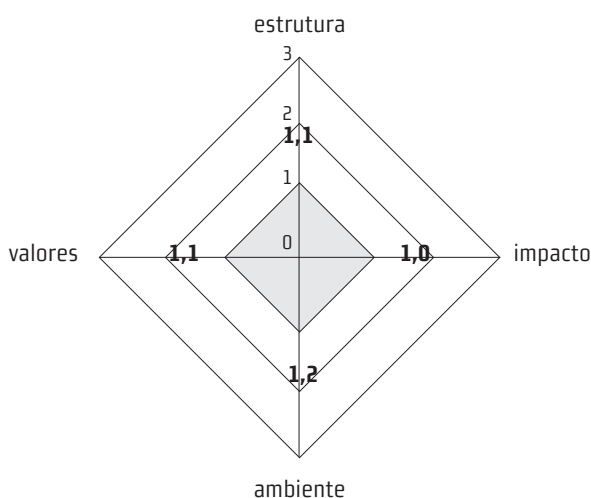
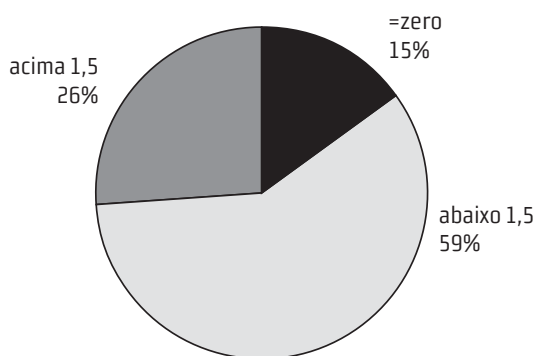


GRÁFICO 4 DISTRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO DOS 80 INDICADORES DO ISC, MOÇAMBIQUE 2007



Nas actuais circunstâncias, em que já se reuniu um satisfatório e sistemático conhecimento sobre o estado da SCM, as questões importantes, para efeitos de investigação, deixam de ser questões de ordem descritiva. O prioritário, então, é lidar com questões relacionadas com o entendimento dos factores determinantes e das causas da fraqueza da sociedade civil. A que se deve, de facto, a fraqueza das quatro dimensões da SCM, e que variáveis são mais determinantes? A resposta a esta questão dificilmente pode ser única. No mínimo, existem pelo menos duas hipóteses, dependendo das expectativas por detrás das avaliações:

Hipótese 1 A qualidade do eixo constituído pela relação estrutura-ambiente é directamente proporcional às instituições da sociedade em geral (políticas, económicas e socio-demográficas). A implicação desta relação é que não se pode esperar que a SCM seja excepcionalmente mais forte do que a sociedade a que pertence, pois depende inteiramente das esferas institucionais que fornecem os recursos tanto humanos como materiais e financeiros que sustentam a sociedade civil. Assim,

Hipótese 2 A robustez do eixo estrutura-ambiente é condição necessária, mas não suficiente, para que a sociedade civil se desenvolva e fortifique como uma instituição credível e confiável na satisfação de interesses comuns aos actores provenientes das principais esferas da sociedade – mercado, família e Estado. A condição suficiente deve ser procurada na qualidade do eixo constituído pela relação valores-impacto. Quanto menor for o carácter, integridade, honestidade e competência das OSC e dos seus líderes, menor é a confiança e a credibilidade inspiradas pela sociedade civil

Sem entrar em testes formais e estatísticos destas duas hipóteses enunciadas, na presente secção resume-se o conhecimento descritivo acumulado, em busca de um entendimento sistemático das causas e factores determinantes da fraqueza da sociedade civil. Neste momento, o desafio principal em termos de investigação já não é mostrar que a SCM é fraca, mas identificar quais os principais estrangulamentos ou variáveis simultaneamente 1) importantes e 2) onde a sociedade civil é mais débil ou fraca. Isto requer identificar as variáveis realmente estruturantes, determinantes e funcionais, em cada um dos dois eixos, acima identificados: estrutura-ambiente e valores e impacto.

Para benefício da apresentação que se segue, a Tabela 1 sumariza alguns dos principais indicadores caracterizadores do ambiente em que a sociedade civil existe e se desenvolve, com destaque para indicadores sobre aspectos demográficos, sociais e económicos, bem como nível de desenvolvimento humano, diversidade cultural (linguística, étnica e religiosa) e nível de rendimento médio dos moçambicanos. Os indicadores cobrem atributos relevantes das três principais esferas da sociedade – família, mercado e Estado – aos quais se fará referência, sempre que for oportuno, nas páginas que se seguem.

AMBIENTE-ESTRUTURA À IMAGEM E SEMELHANÇA DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA

O eixo estrutura-ambiente envolve duas das quatro dimensões intimamente dependentes das esferas em que se alicerça a sociedade: mercado, família e Estado. Tal como ilustra o Gráfico 3, tanto a estrutura como o ambiente em que a SCM existe apresentam-se fracas.

A estrutura da sociedade civil contempla o tamanho, organização, infra-estruturas, qualidade dos recursos humanos e financeiros, bem como o desempenho da participação dos cidadãos no conjunto de interesses comuns à qualidade da sociedade em geral. É a este nível que se

TABELA 2 INDICADORES RELEVANTES SOBRE MOÇAMBIQUE

| | |
|--|--|
| Superfície (1000 km ²) | 799,4 |
| População (milhões de habitantes), 2007 | 21,9 |
| População urbana, % do total, 2010 | 38,4 |
| Esperança de vida à nascença, 2007 (em anos) | 47,8 |
| Taxa Total de Fertilidade (filhos por mulher) | 5,1 |
| Taxa de analfabetismo de adultos (% com idade a partir de 15 anos, 1999-2007) | Mulheres (67%) Homens (43%) |
| Índice de Desenvolvimento Humano, 2007 | 0,402 (17,2%) |
| PIB per capita em \$US, 2007 | 364 |
| Índice de Pobreza Humana (IPH-1) | 46,8% |
| Probabilidade de não viver até aos 40 anos (2005-2010) | 40,6% |
| Taxa de analfabetismo de adultos (1999-2007) | 55,6% |
| População sem acesso a fontes de água melhorada (% em 2006) | 58% |
| Crianças com peso a menos para a idade (% com idades a partir de 15 anos, 2000-2006) | 24% |
| População abaixo do limiar da pobreza de rendimento | |
| \$1,25 por dia (2000-2007) | 75% |
| \$2 por dia (2000-2007) | 90% |
| Limiar nacional de pobreza (2000-2006) | 54,1% |
| Índice de Gini, 2007 (Gini situa-se entre 0 (igualdade absoluta) e 100 (desigualdade absoluta)) | 47,1 |
| Ajuda pública ao desenvolvimento, desembolsos líquidos, USD per capita | \$65 19,4% PIB |
| Assentos parlamentares por mulheres | 35% |
| Principais línguas (16), mais usadas diariamente (DHS 2003) | Emakhuwa, 26%; Xichangana, 11%; Português, 9%; Elomwe, 8% |
| Principais Religiões, (DHS 2003) | Católica, 25,2%; Siao/Zione, 21,7%; Muçulmana, 17,7%; Sem religião, 17,8%; Protestante/Evangélica, 8,8%. |

FONTE INE, 2008; USAID e INE, 2005 (HDHS2003), UNDP, 2008/09)

traduz o maior ou menor voluntarismo das pessoas, o maior ou menor entusiasmo na criação de associações, movimentos colectivos e redes sociais. Por seu turno, o ambiente abrange o contexto institucional, incluindo factores políticos, legais, socioeconómicos, demográficos e culturais, bem como as relações de interdependência entre os actores da sociedade civil, por um lado, e os actores do Estado, do mercado e da família, por outro.

Os membros activos da actual SCM são principalmente voluntários (75% dos recursos – Tabela 3), integrados em organizações do tipo associação sem fins lucrativos (90%). As receitas das OSC provêm em 70% de países estrangeiros e 25% do mercado nacional. O Estado contribuiu, em termos financeiros, com menos de 5% das receitas mobilizadas pelas OSC formais.

Os indicadores de pobreza, reunidos na Tabela 2, testemunham a profundidade da pobreza em Moçambique, através de várias expressões de pobreza: absoluta, relativa e humana. Repare-se que, enquanto o limiar oficial de pobreza absoluta (menos de um dólar americano por dia) é estimado em 54%, estima-se que 75% dos moçambicanos tenham um rendimento inferior a \$1,25 por dia; a proporção da população com \$2 por dia atinge 90% da população total.

TABELA 3 SOCIEDADE CIVIL FORMAL EM NÚMEROS, MOÇAMBIQUE

| | |
|---|----------------|
| NÚMERO DE OSC | 4,853 |
| Cinco províncias absorvem mais de 70% das OSCs (Maputo Cidade - 13%; Maputo Províncias - 10%) | 70% |
| Unidades por 100 mil habitantes, variando entre 8 a 57 entre as províncias | 26 |
| DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA | |
| Comunidade local | 43% |
| Distritos | 34% |
| Cidades | 6,6% |
| Uma província (7%); Várias províncias (4%); Nacional (5,7%); Internacional (1%) | |
| PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS | 138,604 |
| Voluntários (Homens 58%; Mulheres 42%) | 75% |
| Remunerados (Homens 76%; Mulheres 24%) | 18% |
| Clérigos (Homens 77%; Mulheres 23%) | 6% |
| Funcionários públicos e consultores | |
| (Homens 72%; Mulheres 28%) | 1,5% |
| Empregados em tempo inteiro | 16% |
| Voluntários estáveis | 28% |
| Voluntários ocasionais | 46% |
| Número mediano de pessoas por organização | 8 |
| TIPO DE OSC | |
| Associações (Religiosas - 53%; Políticas - 25%) | 92% |
| ONGs Nacionais | 3% |
| ONGs Estrangeiras | 4% |
| RECEITAS POR ORIGEM (MILHÕES US\$) | 301 |
| De países estrangeiros | 71,3% |
| Do sector privado nacional (famílias e individuais) | 25,4% |
| Do Governo | 3,3% |
| DESPESAS POR ORIGEM (MILHÕES US\$) | 301 |
| Salários | 29% |
| Compra de bens e serviços | 27% |
| Subsídio, donativos | 8% |
| Compra de bens de capital | 7% |
| ACTIVIDADES E SERVIÇOS | |
| Actuação em um único sector | 60% |
| Oferta de dois ou mais serviços | 50% |
| Recursos humanos mobilizados por apenas 1% das OSC | 30% |
| Receitas totais acumuladas por apenas 1% das OSC | 40% |

FONTE INE, 2006; Francisco et al, 2008

Simultaneamente, o poder cidadão, exercido por via da participação dos cidadãos na vida política, depende do tipo de sistema de instituições, políticas, jurídicas e administrativas, prevalecentes no país. Historicamente, como mostram os Gráficos 1 e 2, as OSC aumentaram ou diminuíram, em diferentes períodos históricos. Isto reflecte a maior ou menor liberdade individual efectiva; tanto a liberdade de expressão como liberdade de associação política e cívica dos cidadãos.

Desde 1990, o processo de democratização tem decorrido a ritmos ou velocidades muito variáveis. Nuns casos, geralmente quando o partido no poder melhor controla o processo de mudança, registaram-se avanços efectivos na aplicação do direito constitucional de escolha dos órgãos de soberania e governantes, por via do sufrágio universal. Exemplo disto são as quatro eleições multipartidárias, legislativas e presidenciais, realizadas entre 1994 e 2009. Noutros casos, nomeadamente no que diz respeito à descentralização do poder de decisão por via da autarcização e provincialização, o processo decorre muito lentamente. No caso da autarcização somente um quarto da população, em 43 autarquias, tem podido exercer o direito constitucional ao voto. Os restantes três quartos continuam subordinados a um sistema administrativo

centralizado por órgãos e dirigentes locais nomeados, em vez de eleitos democraticamente (Francisco, 2009b; OSISA, 2009b). Sem pretender ser muito mais exaustivo, de seguida apresenta-se um breve comentário sobre o essencial das três esferas da sociedade que moldam e determinam, directa ou indirectamente, o eixo estrutura-ambiente da sociedade civil.

SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

Que tipo de Estado existe em Moçambique? Segundo Francisco (2008b, 2009a, 2009b), o actual Estado Moçambicano poder-se-ia caracterizar, resumidamente, como um Estado Falido, mas não um Estado Falhado. Depois da guerra civil, nas duas últimas décadas, o Estado Moçambicano tem sido capaz de evitar o Estado Falhado, pois a autoridade política e administrativa tem perdurado, foram criadas algumas instituições mais ou menos democráticas, o Governo tem conseguido mobilizar recursos financeiros, principalmente da comunidade internacional e como membro de organismos internacionais, tais como as Nações Unidas e as Instituições de Bretton Woods, entre outras.

Não obstante a relativa estabilidade alcançada, Moçambique continua a ser um país em risco potencial de conflitos ou perturbações sociais e políticas, visto possuir instituições bastante fracas. O actual Estado Moçambicano não é nem um Estado Liberal, nem um Estado de Bem-estar Social. Não é um Estado Liberal, porque é demasiado intervencionista, centralizador, dirigista e controlador de áreas ou activos cruciais na edificação de uma sociedade livre, no sentido liberal do termo. Desde a introdução da Constituição de 1990 foram dados alguns passos rumo à criação de um Estado de Direito, mas exceptuando algumas áreas, o tipo de instituições prevaletentes ainda não o configuram.

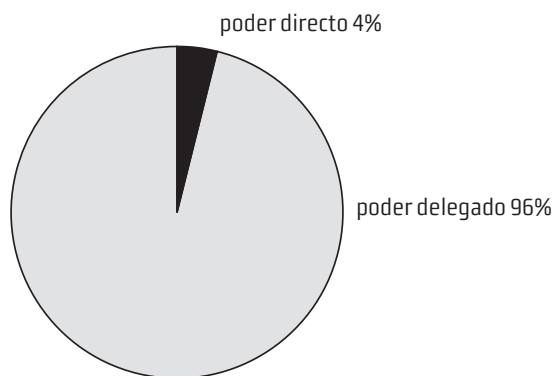
Volvidas duas décadas, como mostra o Gráfico 5 (a, b), o processo de descentralização do poder para a sociedade, tanto o poder de decisão política como o de gestão financeira descentralizada, são praticamente irrisórios. Não obstante a Constituição da República, desde 1990, prever que a Administração Pública deva ser estruturada com base no princípio de descentralização e desconcentração (artigos 250 e 263, Constituição de 2004), os dois gráficos na Figura 5 não deixam lugar para dúvidas quanto à limitada descentralização visando a aproximação dos serviços aos cidadãos. É certo que, a partir dos gráficos da Figura 5, não é possível visualizar a real dimensão da limitada simplificação de procedimentos administrativos ou das imensas dificuldades causadas ao cidadão pelo ineficiente sistema administrativo distrital e de localizada, disponível no país. Apesar disso, seria abusivo considerar que o Estado Moçambicano se pode considerar um Estado de Bem-estar Social, pelo simples facto de os governantes declararem insistentemente que a sua intenção é proporcionar segurança e bem-estar social à maioria da população. O actual Estado é demasiado descontrolado, informalizado, irresponsável e incapaz de proporcionar segurança pública mínima e protecção social básica.

O actual Estado carece de serviços públicos adequados e com cobertura regional e social satisfatória. Grande parte dos serviços públicos disponíveis mantém-se graças ao financiamento

proporcionado pelos doadores, incluindo o financiamento directo ao Orçamento de Estado, ou orientado para sectores sociais específicos (saúde, educação e infra-estruturas) (Ainadine, 2008; Feliciano et al., 2008; Francisco e Paulo, 2006; Francisco, 2008b, 2009a, 2009b; Hodges e Tibana, 2005; Jackson et al., 2004; Quive, 2007).

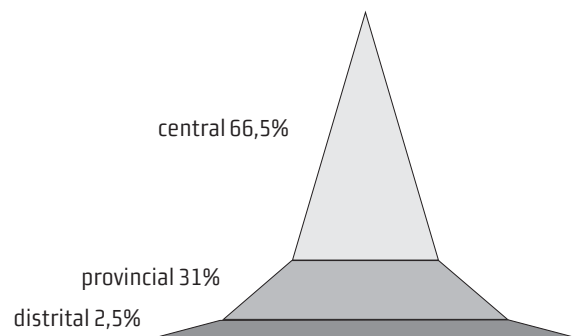
GRÁFICO 5 REPRESENTAÇÃO DO PODER DE DECISÃO EM TERMOS POLÍTICOS E DO ORÇAMENTO PÚBLICO, MOÇAMBIQUE 2007

5A PODER DIRECTO E PODER DELEGADO DO CIDADÃO



FONTE Francisco, 2007; Francisco et al., 2008: 51

5B DESPESAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO POR ÂMBITO DE DECISÃO, MOÇAMBIQUE 2007



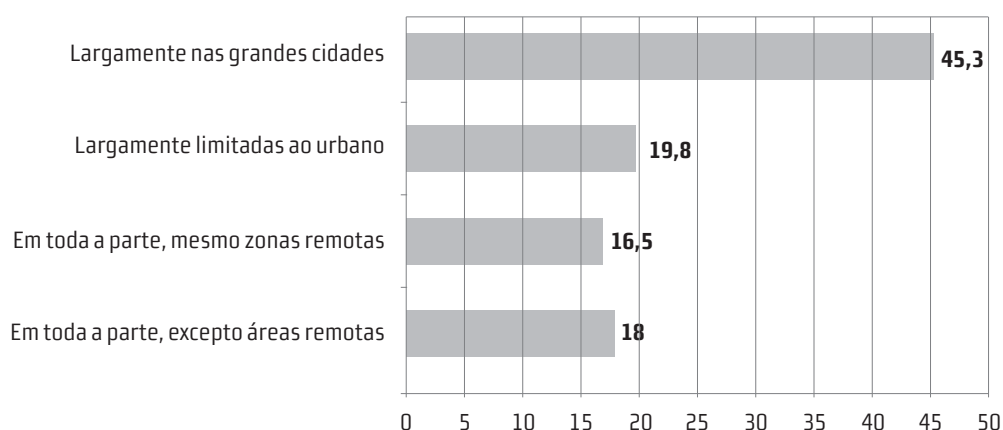
FONTE MPD, 2007

Uma nota merece ser feita sobre a diferença estrutural entre as infra-estruturas e forma organizacional entre a SCM e o actual Estado Moçambicano. Este último possui infra-estruturas organizacionais e administrativas, hierarquizadas verticalmente e sustentadas por um Orçamento Público, com direito legal de uso da força (coerção, especialmente legal). Em contrapartida, a sociedade civil possui infra-estruturas organizacionais dispersas e horizontais, dependentes de redes sociais estruturadas horizontalmente, de um orçamento doado por entidades estrangeiras ou pelo mercado e famílias, numa base voluntária (ver Tabela 3).

Convém ainda referir que, ao nível do senso comum, o activismo das OSC mais proeminentes tem gerado uma ideia deturpada sobre a configuração efectiva da SCM. Apesar das ONGs estrangeiras e nacionais serem em número inferior a 5% (Tabela 3), o facto de elas concentrarem mais de metade dos recursos humanos e financeiros confere a esta minoria de organizações uma enorme visibilidade. Daí resulta a percepção da imprensa e da opinião pública de que as OSC se concentram nas principais cidades provinciais, com destaque para a Cidade de Maputo. A sua visibilidade é enorme, quando comparada com a completa falta de visibilidade e capacidade de advocacia da grande maioria das OSC radicadas nos distritos e nas localidades.

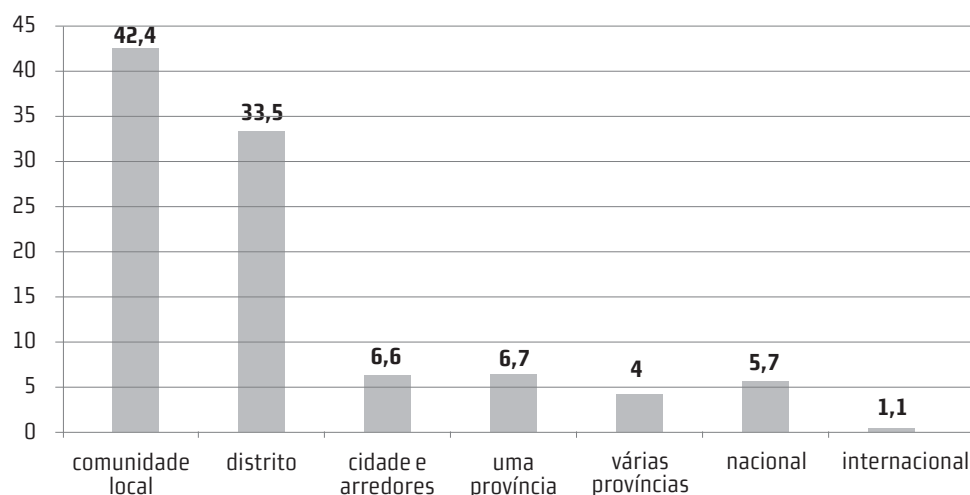
O Gráfico 6 mostra bem o contraste entre a percepção do senso comum e a situação real da distribuição geográfica das OSC. Contrariamente à ideia prevalecente, menos de 10% das OSC formais encontram-se nos principais centros urbanos, enquanto mais de 75% estão nas comunidades rurais e distritos.

GRÁFICO 6 PERCEPÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS OSCs EM MOÇAMBIQUE, 2007 (EM %)



FONTE Francisco, 2007

GRÁFICO 7 DISTRIBUIÇÃO REPRESENTATIVA DAS OSCs EM MOÇAMBIQUE, 2003 (EM %)



FONTE Francisco et al., 2008: 51; MPD, 2007

SOCIEDADE CIVIL E MERCADO

Em relação à economia nacional, existe uma crescente literatura reunindo evidências que sustentam o argumento, defendido pelo autor noutros trabalhos, sobre a *bazarconomização* da economia moçambicana. A economia nacional está hoje convertida numa economia de bazar; um bazar multiverso, ou conjunto de múltiplos universos económicos, aparentemente paralelos e independentes uns dos outros, mas, na verdade, estruturalmente organizados em relações económicas de reprodução alargada (lucrativa ou mesmo especulativas), simples (e.g. subsistência básica, *prosuming* ou actividades sem fins lucrativos) ou meramente consumista (Francisco (2008b, 2009a).

Tal como acontece em muitos outros países, a economia de Moçambique é geralmente representada pelo universo económico formal, e a parte da economia informal captada pelos sistemas estatísticos, através de indicadores estatísticos como o produto interno bruto (PIB).

O crescimento ou a estagnação da riqueza material, inflação, geração de emprego e desemprego, aumento ou diminuição das desigualdades do rendimento, entre outros indicadores, surgem como expressões dos fenómenos económicos cobertos por indicadores estatísticos que só parcialmente reflectem a economia real. Reflectem, de facto, a ponta de um imenso icebergue de dimensão desconhecida e relações económicas legítimas mas não legais, extralegais mas socialmente relevantes, ilegais ou ilícitas mas fortemente influentes na sociedade (Feliciano et al., 2008; Francisco e Paulo, 2006; Francisco, 2007a, 2008b, 2009a, 2009b).

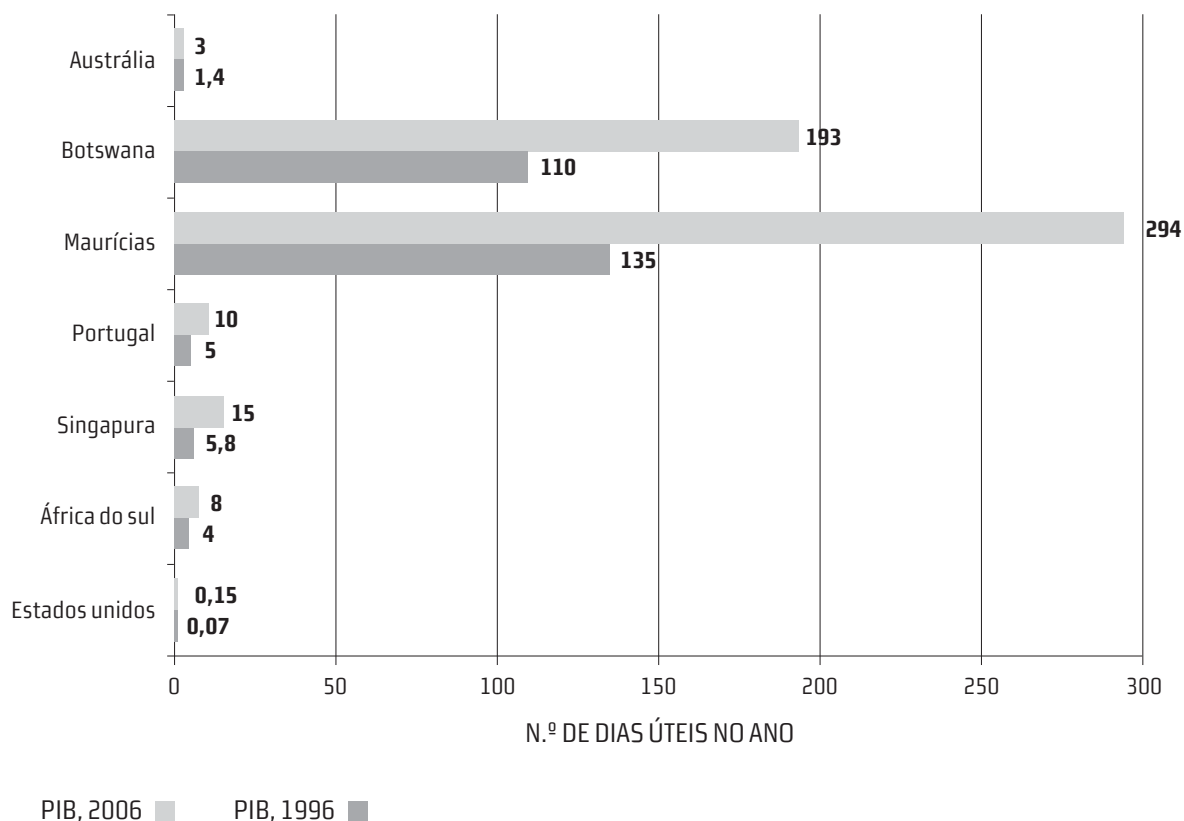
A riqueza nacional é produzida numa economia de bazarconomia, triplamente dependente de instituições e actividades principalmente de transferência, em vez de instituições produtivas, sob diversas formas: 1) Dependente de uma economia de subsistência controlada por instituições avessa ao valor económico acrescentado; 2) Dependente da transferência de recursos financeiros provenientes da ajuda internacional, principalmente para o Estado; 3) Dependente de relações crescentemente extralegais (legítimas mas não legais, ilegítimas, ilegais), dos impostos, do roubo, da fraude, chantagem e burla, incluindo o vasto e crescente mundo económico que Napoleoni (2009) designa como Economia Canalha (*Rogue Economics*).

De acordo com as estatísticas oficiais, Moçambique produz um produto nacional bruto *per capita* estimado em \$US 364. Em outras palavras, o moçambicano produz em média um dólar por dia (UNDP, 2009). O que pode fazer um cidadão comum com um dólar por dia? A pequenez do mercado nacional é melhor entendida quando considerada num contexto comparativo, por exemplo com economias de países vizinhos. O Gráfico 8 ilustra bem este ponto ao responder à seguinte questão: em quanto tempo produzem os outros países o que Moçambique produz num ano? Em 1996, as Maurícias, com uma população similar ao tamanho da população da Cidade de Maputo (sensivelmente 1 milhão de habitantes), produzia em seis meses o mesmo que Moçambique produzia num ano. Em 2006, as Maurícias em treze meses produziu a mesma riqueza que Moçambique num ano. Ou seja, numa década, Moçambique ganhou seis meses de competitividade em relação às Maurícias, mas é preciso não esquecer que aquele país da África Austral possui 6% da população moçambicana.

O Gráfico 8 apresenta vários outros exemplos comparativos, com países desenvolvidos²¹ e outros países vizinhos, como o Botswana e África do Sul. O Botswana, com uma população equiparável ao grande-Maputo (1,8 milhões em 2005), produziu há dez anos atrás em cinco meses o que Moçambique produziu num ano. Já em 2006, precisou de nove meses, significando que a economia moçambicana conquistou quatro meses de vantagem competitiva. O caso comparativo mais extremo é o da economia da África do Sul. Este país vizinho produziu, em 1996, em apenas quatro dias, o equivalente ao que Moçambique produziu num ano. Em 2006, precisou de mais quatro dias; ou seja oito dias, para produzir tanto como Moçambique. O Gráfico 8 não apresenta o caso do Zimbabwe, país que em 1996 ainda produzia em dois meses o equivalente ao que Moçambique produzia num ano.

GRÁFICO 8 EM QUANTO TEMPO PRODUZEM OS OUTROS PAÍSES O QUE MOÇAMBIQUE PRODUZ NUM ANO?
COMPARAÇÃO EM 1996 E 2006

ANO ÚTIL DE PRODUÇÃO (22 DIAS/MÊS = 264 DIAS ANUAIS)



FONTE Word Bank, CD-ROM 2007, UNDP, 1999, 2007

O breve contexto económico acima apresentado é suficiente para se entender o ambiente de relações económicas de que as OSC dependem, que se alimentam de recursos financeiros e materiais. Obviamente, por muitos anos ainda, as OSC em Moçambique, só muito marginal ou complementarmente podem aspirar à autonomia financeira das suas principais fontes de sustento, principalmente de fontes com origem externa. A maioria das OSC carecem de meios próprios de financiamento, para sustento das suas actividades programáticas. Elas são maioritariamente entidades sem fins lucrativos.

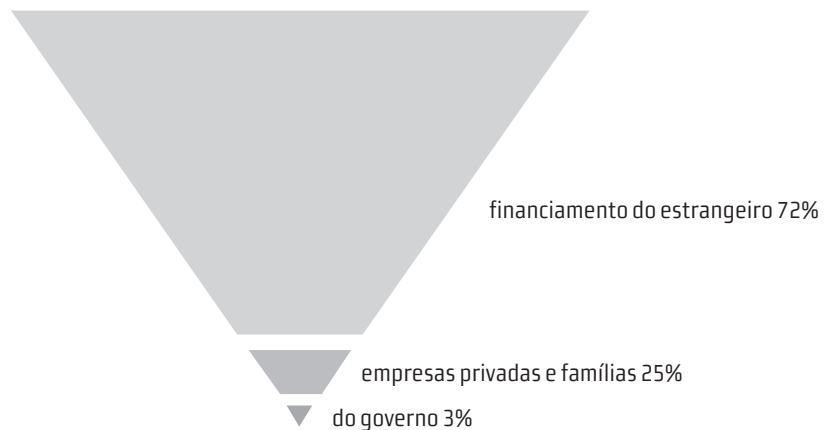
O mesmo acontece também com o Estado, mas com uma grande diferença entre as duas entidades. As OSC mobilizam recursos, numa base voluntária para a realização de desinteresses comuns dos seus membros e actores, enquanto o Estado tem um mandato da sociedade, possuindo para tal o direito de recorrer à força, se necessário, para efeitos de mobilização de recursos financeiros e gestão do bem comum da sociedade.

A Tabela 3 contém dados sobre o balanço contabilístico de receitas e despesas das OSC formais, produzida com base na informação do estudo do INE (2006). Em meados da corrente década, as OSC formais mobilizaram entre 300 a 320 milhões de dólares americanos (depen-

dendo do câmbio usado) de receitas financeiras; pouco mais de 70% foram de origem externa, 25% provenientes do mercado nacional e apenas 3% proveniente do Estado (Gráfico 9).

O futuro do apoio financeiro às OSC, particularmente do apoio do mercado nacional, irá depender do desempenho da economia nacional. Existe potencial para se ampliarem as receitas para a SCM, desde que as OSC consigam conquistar maior confiança, através de maior eficiência e eficácia na execução das suas actividades e serviços. De igual modo, se as OSC se tornarem mais confiáveis, tanto em termos de integridade, transparência e probidade, como em termos de competência, efectividade e capacidade de realização de programas úteis à sociedade, a própria comunidade internacional poderia aumentar o seu apoio directo à SCM; apoio directo quer por realocação de fundos actualmente canalizados para o Estado, quer pela alocação de novos recursos.

GRÁFICO 9 ORIGEM DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DAS OSC



Neste âmbito, a elevada dependência das OSC do mercado, sobretudo do mercado externo, merece tratamento diferente do que deve ser dado ao Estado, o qual se encontra também fortemente dependente da ajuda externa. Se as OSC lograssem melhorias visíveis na sua capacidade de produzir mais e melhores resultados, justificava-se que parte dos recursos que no passado foram confiados ao Estado fossem transferidos para a responsabilidade da própria sociedade; isto é, transferidos para o mercado privado lucrativo ou para o mercado sem fins lucrativos. Para além de não se justificar excessiva concentração de serviços na Administração Pública, o reforço das OSC com mais recursos humanos e financeiros poderia aumentar o valor acrescentado e o impacto de certos serviços públicos no desenvolvimento descentralizado e local da sociedade moçambicana.

Merece atenção e prioridade urgente, ao nível das OSC, as desigualdades da distribuição dos recursos financeiros e humanos qualificados. Tal como é demonstrado pelo coeficiente de Gini, a desigualdade é praticamente absoluta. Por um lado, apenas 1% das unidades formais da so-

cidade civil empregam cerca de um terço (32%) dos recursos humanos (Coeficiente de Gini igual a 0,739); um por cento das unidades concentra mais de 40% das receitas (Coeficiente de Gini igual a 0,940) (INE, 2006: 56-65). Aqui se encontra, provavelmente, grande parte da explicação enganadora, ilustrada no Gráfico 5, relativamente à alegada grande concentração das OSC nos centros urbanos.

SOCIEDADE CIVIL E FAMÍLIA

A família não é geralmente considerada parte da sociedade civil devido à sua natureza privada. Porém, visto que as OSC participam em acções públicas compreendendo associações familiares, grupos de clãs e indivíduos com estreitas ligações familiares, a instituição da família constitui um dos alicerces importantes da sociedade moçambicana.

Afinal de contas, é na esfera familiar que a reprodução humana acontece e de onde provêm os efectivos de recursos humanos das OSC. Moçambique integra o grupo de países mais subdesenvolvidos do mundo, com um crescimento natural anual médio na ordem dos 2,3%, uma mortalidade infantil elevada (108 menores de 5 anos por mil nados-vivos), elevada percentagem de jovens (rácio de dependência 83,0), baixa percentagem de idosos (rácio de dependência 6,2) (ver Tabela 2; UNDP, 2009).

Como demonstrou Arnaldo (2007), na sua extensiva investigação sobre a fecundidade em Moçambique, só a região sul do país tem apresentado evidências de redução persistente da fecundidade, mas a generalidade da população moçambicana continua no estágio de pré-transição demográfica. Ainda segundo Arnaldo (2007: 130), as moçambicanas em idade reprodutiva apresentam diferenças de fecundidade substanciais dependendo do seu envolvimento na actividade laboral. As mulheres empregadas no sector moderno têm em média três filhos menos do que aquelas que estão no sector informal, familiar ou doméstico. A fecundidade das mulheres por conta própria (a trabalhar no sector informal) não é diferente da do sector familiar, que é de um filho a mais em relação à fecundidade de mulheres domésticas. Isto sugere, segundo a investigação de Arnaldo (2007: 130, 151-152), que trabalhar no sector informal não traz conflitos com a procriação.

As projecções actuais estimam que, em 2020, a população moçambicana deverá rondar 28,5 milhões de habitantes, e em 2050 poderá atingir os 40 milhões de habitantes. Dentro de duas décadas a população urbana ultrapassará em número a população rural. Inevitavelmente, dependendo do tipo de mudanças demográficas, a sociedade civil será afectada, directa ou indirectamente.

O censo do INE de 2004/05 recenseou cerca de 140 mil pessoas envolvidas em quase cinco mil OSC formais sem fins lucrativos. Curiosamente, um efectivo humano praticamente do mesmo tamanho do efectivo de funcionários da Administração Pública. Contudo, a diferença na forma como ambas as esferas enquadram os seus recursos humanos é muito grande. A maior parte das pessoas eram voluntárias, totalizando cerca de 75%. O efectivo de trabalhadores re-

munerados representava 18%, os clérigos 6% e apenas 1,5% os funcionários públicos e consultores. A concentração geográfica dos voluntários é directamente proporcional à concentração do número de organizações. O rácio geral do número de voluntários e a população rondavam, em meados da corrente década, os 56 voluntários por 10 mil habitantes; mas este valor difere muito de província para província (INE, 2006: 58).

VALORES-IMPACTO À IMAGEM E SEMELHANÇA DA SOCIEDADE CIVIL

Diz a experiência que a confiança leva uma vida inteira a ser conquistada, mas pode ser perdida num minuto. A confiança é uma convicção muito sensível e flexível, podendo aumentar ou diminuir, dependendo de factores específicos. Covey (2006) vai mais longe, ao defender que não há nada tão rápido como a confiança. Quando a confiança está presente, os erros são perdoados e esquecidos. Ela cimenta as relações, na vida das pessoas, no funcionamento das organizações e das instituições.

Em que medida a sociedade civil pratica e promove valores positivos? Qual o impacto do papel e influência da sociedade civil na governação e sociedade em geral? Em resposta a estas questões, os resultados do estudo do ISC 2007 mostram que a grande fraqueza afecta as duas principais componentes da confiabilidade: integridade e capacidade. O eixo constituído pelos valores e o impacto integra as duas dimensões determinantes da credibilidade e confiança da SCM, da sua inteira responsabilidade.

A maior ou menor credibilidade, tanto das pessoas como das organizações, permite testemunhar o ponto principal sobre o papel crucial exactamente da “variável oculta”, a confiança. Na lógica convencional tradicional, como explica Covey, o raciocínio organizacional, quer no negócio quer em entidades com fins não lucrativos, trata os resultados como função directa do produto da estratégia pela execução ($E_1 * E_2 = R$). Na prática, contudo, Covey mostra existir nesta equação uma variável implícita que faz enorme diferença, num caso como multiplicadora, noutros como retardadora da rapidez e qualidade dos resultados alcançados.

Uma entidade, com ou sem fins lucrativos, pode ter boas estratégias de acção e grandes habilidades de execução, mas perde a confiança dos clientes e deixa de ser credível se os resultados forem maus. A fraca confiança actua como um imposto ou taxa sobre a produtividade, reduzindo os resultados finais. A elevada confiança, pelo contrário, actua como multiplicador do resultado final, quer pela credibilidade que inspira quer pela fidelidade ao produto e aos serviços. Assim, a consideração do factor confiança altera a fórmula apresentada acima para algo como o seguinte: $(E_1 \times E_2) = x C = R$ (Estratégia x Execução) x Confiança = Resultados. Na vida quotidiana, as pessoas usam diferentes termos para expressar a sua maior ou menor confiança, mas na essência, o que transparece é uma constante preocupação em busca de um equilíbrio entre o carácter e a competência, tanto dos actores como das organizações da sociedade civil. A Caixa 2 reúne comentários extraídos de artigos, da imprensa ou de trabalhos

académicos, que enfatizam a importância da integridade e competência, na avaliação da credibilidade, liderança e impacto.

Não basta ter integridade; é necessário, também, intenção ou desejo, capacidades e resultados, sendo a confiança como função de duas variáveis: credibilidade e competência. A credibilidade, por sua vez, como refere Covey (2006), depende de pelo menos quatro elementos: integridade, intenção/vontade, capacidade e resultados. A lista que se segue reúne exemplos, sistematizados durante a pesquisa sobre o ISC 2007, que ilustram os níveis de integridade e competência da actual SCM:

- As pessoas têm pouco sentido de transparência e da partilha de informação.
- Muitos preferem deturpar os dados e resultados para gerar uma imagem conveniente (positiva ou negativa).
- Nível de equidade de género e de respeito pela diversidade muito fraco. Existe interesse na erradicação da pobreza, mas o impacto é questionável.
- A prestação de contas só é praticada quando exigida ou imposta pelo patrocinador/doador.
- O envolvimento das OSC nas estratégias de combate à pobreza absoluta é mais como observadores, auscultados e aliados de circunstância do Governo ou dos doadores.
- Não existem mais parcerias e apoio às OSC, em parte porque os doadores depositam pouca confiança nas OSC.
- A violência é fraca, mas só a violência visível; na prática existem formas de violência silenciosas e dissimuladas. Violência contra as crianças e a mulher, quando os camponeses são expulsos sumariamente das suas terras, ou quando agentes policiais abusam do recurso à força.
- Ambiente pouco produtivo e constrangedor, principalmente nos distritos e localidades, onde a intolerância das autoridades públicas é ainda muito forte.
- Muitas são as expectativas frustradas, e muitas as desculpas para não se fazer melhor.
- As pessoas reúnem muito sem resultados palpáveis, por falta de mecanismos de responsabilização efectiva.
- Certas autoridades manipulam as OSC em função de interesses estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS, DESAFIOS E IMPERATIVOS PRIORITÁRIOS

O principal fio condutor deste trabalho são as expectativas e a esperança, numa sociedade civil moçambicana capaz de contribuir mais activamente para uma sociedade mais saudável, tolerante, inclusiva e eficiente. O artigo distanciou-se das perspectivas de sociedade civil circunscritas ao grupo de elite das OSC, ou das organizações e activistas do domínio formal da sociedade. Mesmo sabendo que as metodologias usadas para produzir os dados e a informa-

CAIXA 2 TESTEMUNHOS SOBRE A INTEGRIDADE E A COMPETÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA

SOCIEDADE CIVIL, INFORMAÇÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL “A sociedade civil assume, historicamente, um papel importante na flexibilização do processo de governação vista como transparência na gestão da coisa pública e no domínio do *accountability* ou da prestação de contas. A promoção da transparência é outro elemento que só se pode tornar efectivo com a existência de uma sociedade civil forte e interventiva, e que seja, acima de tudo, muito proactiva. Mas o limitado número de organizações que intervêm na área da governação, seja no âmbito do PARPA ou fora dele, é um indicador de que estas temáticas ainda não são privilegiadas, havendo mais organizações viradas para a provisão de serviços e advocacia do que em sectores como Educação e Saúde ... As OSC parecem ter adoptado uma cultura de subordinação ao Governo, num contexto em que predomina a percepção, quanto a nós errada, de que ser crítico do sistema de poder é sinónimo de ser confuso e subversivo. Há, assim, um grande vazio na sociedade civil moçambicana no que concerne à produção de políticas alternativas; são muito poucas as OSC nacionais que pressionam e propõem soluções, depois que tenham desenvolvido estudos pertinentes ou tenham feito análises metodologicamente credíveis de cada situação.” (Salema, 2008: 83)

CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A macrocefalia e a centralização do país está, pois, presente também na distribuição dos recursos materiais e humanos das organizações da sociedade civil. E, nestas condições, pode-se admitir que o seu papel em muitas áreas fora da capital, especialmente nas zonas rurais e nas províncias onde se concentram grande parcela da população, é necessariamente reduzido, principalmente pela falta de recursos humanos e materiais. (OSISA, 2009a: 75)

A ARTE DE CRIAR FRACAS INSTITUIÇÕES “Caiu o pano sobre a novela que andou em torno da constituição da Comissão Nacional de Eleições, CNE. Os cinco membros eleitos pela Assembleia da República de Moçambique decidiram eleger através do voto, os restantes oito membros que iriam preencher o corpus deste órgão eleitoral. (...) Está a tornar-se um ciclo vicioso esta arte. Não se vislumbra nenhum esforço de mudar a situação. Tanto tempo gasto; tanto dinheiro e energias gastas para no fim, depararmos com um aborto como esse! Um aborto da CNE que levará cinco longos anos a feder terrivelmente! A fraqueza começa aqui. A CNE tem agora todas as condições necessárias para prestar um péssimo serviço ao povo. A CNE tem agora melhores condições (que antes) para levar a cabo um processo eleitoral bem desorganizado e fraudulento de sempre! A incompetência está de parabéns (Egídio Vaz, 2007, http://ideiasdemocambique.blogspot.com/2007_06_01_archive.html).

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA “... uma vez que nem todos os cidadãos têm acesso a essas organizações, pois o ingresso nelas é restrito, o papel dessa ‘sociedade civil’ não é um factor de ampliação da democracia. Essa ‘sociedade civil’ pode até funcionar como um factor que atrofia a democracia, na medida em que ela substitua a participação directa dos cidadãos em geral, e funcione como uma espécie de tampão entre o Governo e o povo. O Governo põe o povo à distância, interpondo a ‘sociedade civil’...” (Afonso dos Santos, in *Savana* 08.02.2008, p. 7).

QUE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBIQUE TEM “Em estados novos, como é Moçambique, sociedade civil e suas organizações são, em geral, fracas. De facto, forças políticas que governam os países tendem a dominar a esfera social, económica e política; sendo assim, muitas das organizações da sociedade civil que florescem tendem a estar muito próximas do governo do dia de forma a que possam ter aceitação do governo e tendem evitar tomar posições contraditórias das do governo. Como resultado, a autonomia, a legitimidade e a independência dessas organizações são questionáveis. No caso concreto de Moçambique, estes factores tomam contornos às vezes assustadores, onde se verificam organizações da sociedade civil subservientes a lutarem por agradar e/ou ter um lugar ao lado do governo do dia em vez de serem a voz dos cidadãos.” (Xavier, 2009: 13, <http://www.integridadepublica.org.mz>)

TRANSFORMAR ESTE DEBATE EM AGENDA DE POLÍTICA PÚBLICA “É interessante notar que a questão do uso dos recursos naturais de Moçambique e da natureza extractiva da economia nacional são tão importantes para as comunidades locais e para o País inteiro, mas que, apesar dessa importância crucial, neste momento crítico do ciclo político nacional nenhuma organização (partido político ou outro tipo de organização social) trouxe estas questões para o topo da agenda do debate de políticas públicas cruciais. Dos partidos políticos existentes em Moçambique provavelmente não é de esperar muito, pois todos eles têm muito mais interesse no acesso ao poder do que têm na natureza política desse poder e das políticas que esse poder pode levar a cabo. Por isso, o que se ouve são listas de realizações e promessas sobre tudo e para todos, mas não há discussão política e de políticas com o mínimo de seriedade e de qualidade.” (Castel-Branco, 2009, <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2009/Comentarios-deCastelBranco-RelCIP.pdf>)

SEGUNDO A SOCIEDADE CIVIL: GAZA ANDA A PASSO DE UM CAMALEÃO DOENTE A posição da Sociedade Civil (SC) apresentada na sessão do Observatório de Desenvolvimento referente a 2009, em Gaza, face à implementação do Plano Económico e Social (PES) de 2008 a nível da província, é de que o governo de Raimundo Diomba está afundado na pobreza. No respectivo documento, de 58 páginas, até se lê que Gaza se desenvolve a passo de um camaleão doente, pois há poucos investimentos e verifica-se a descontinuidade de vários projectos.” (António Zacarias, *Magazine Independente*, 30.09.2009, p. 26)

MASC: A MONITORIA DA GOVERNAÇÃO EM MOÇAMBIQUE “... o sistema político moçambicano oferece oportunidades para a participação, advocacia e monitoria da governação, mas a situação excessivamente informal da maioria dos mecanismos participativos impede aos cidadãos de usarem efectivamente estes pontos de entrada. Portanto, a influência dos cidadãos nas políticas e práticas do governo é fraca (p. 8) ... a transparência na alocação de recursos públicos é moderadamente fraca, tendendo ligeiramente para moderada (p. 9) ... o acesso à justiça em Moçambique é muito fraco (p. 11) ... embora *in crescendo*, a capacidade das OSC de contribuírem para uma boa governação é ainda fraca.” (p. 15) (Ainadine, 2008)

ção disponíveis são frequentemente enviesadas, a favor da sociedade civil formal (e.g. censo do INE, 2006), é cada vez mais importante não se perder de vista que em Moçambique o universo da sociedade civil socialmente relevante encontra-se principalmente no domínio extralegal ou informal.

Uma outra opção analítica, de algum modo diferente das opções convencionais, assumida neste artigo tem que ver com a definição operacional de sociedade civil. Procurou-se conciliar a conjugação de interesses comuns, identificados como o móbil da arena pública, com o reconhecimento explícito dos interesses estabelecidos (individuais e privados) em jogo no ambiente profundamente agónico que caracteriza a SC na sua vida quotidiana. Na prática, os interesses comuns convertem-se muitas vezes numa referência anódina ou paliativa, subordinados à supremacia de interesses de outras esferas (sobretudo do Estado ou do mercado privado); interesses que procuram tutelar e moldar as OSC, em conformidade com prioridades mais competitivas ou conflituantes do que cooperativas e altruístas. Só quando se reconhece e identifica a natureza específica da(s) realidade(s) estratégica(s) na sociedade civil é que se torna possível fazer sentido e entender as razões da maior ou menor fraqueza da SCM, no passado e actualmente.

BALANÇO RETROSPECTIVO: POSITIVO OU NEGATIVO?

Na introdução, levantou-se a questão de se os bons exemplos da sociedade civil, tanto no Moçambique colonial como no Moçambique independente, terão compensado os maus exemplos. Por outras palavras, se o balanço dos dados reunidos, aponta para um balanço mais positivo do que negativo. A partir da análise realizada, a conclusão mais consistente com as evidências reunidas, aponta para um balanço globalmente negativo, por três razões principais. Uma razão tem que ver com o eixo estrutura-ambiente, a outra com a forma como a relação com a herança do passado é gerida pelas gerações contemporâneas, e a terceira relaciona-se com o eixo valores-impacto.

Parte significativa do balanço negativo do estado da SCM é directamente determinada pela própria sociedade, através do ambiente por si criado e dos elementos da estrutura da sociedade civil a ela pertencentes. A maior ou menor robustez da sociedade civil depende, assim, do estado das principais esferas da sociedade (mercado, família e Estado). Aliás, o contrário seria duvidoso e improvável. Se uma determinada sociedade possui fraco desenvolvimento humano, económico e institucional, dificilmente se pode esperar que a sua sociedade civil não a reflecta, no que tem de progressivo ou regressivo, construtivo ou destrutivo. Isto, em si, não deve ser entendido como a única explicação da fraqueza da SCM, mas permite entender as condições necessárias, se bem que não suficientes, do estado da SC. Por isso, quando se afirma que a SCM é fraca, parte da explicação deve ser procurada no eixo ambiente-estrutura.

A segunda razão, para um certo balanço mais negativo do que positivo do estado da SCM, está ligada ao assunto debatido na segunda secção, em torno da desvalorização do passado e falsificação do presente. Este assunto, se bem que seja ainda muito negligenciado nos estudos até aqui realizados, também depende do contexto histórico e do protagonismo dos actores dominantes e mais influentes na sociedade. A reconstrução do passado pode minar ou fortalecer as maturidades da sociedade civil contemporânea. Neste artigo procurou-se chamar a atenção, em particular, para o impacto negativo das rupturas de continuidade intergeracional, entre as gerações recentes e as gerações passadas da sociedade civil, na constituição do carácter e da integridade das OSC e suas lideranças.

A história política moçambicana, no último meio século, testemunha uma grande incapacidade das OSC e das suas lideranças na busca de soluções pacíficas e progressivas para os impasses criados pelos regimes políticos instituídos. No Moçambique colonial, não obstante a emergência de exemplos visivelmente inovadores e criativos, que remontam à primeira década da configuração de Moçambique, tal como é conhecido há 84 anos, a sociedade civil foi fortemente reprimida e impedida de contrapor uma autoridade moral e política à altura do regime colonial estabelecido. Eventualmente, a opção dos principais activistas e algumas OSC, visando pôr termo ao sistema repressivo colonial, acabou por ser o recurso à luta armada, que durou 10 anos. Tal opção representou o primeiro precedente histórico com dimensão nacional (já que as formas de resistência armada nos séculos anteriores foram dispersas e localizadas), em que organizações e actores da sociedade civil uniram os seus esforços e optaram pelo recurso à violência armada, para combater um regime político fortemente violento e repressivo. A aceitação do recurso à violência depende dos motivos e dos valores dos actores envolvidos. Em Moçambique, o assunto afigura-se complexo, quando testemunhos históricos demonstram que o recurso à violência (banditismo) se tornou endémico (Newitt, 1997). Existe uma longa tradição, desde a violência colonial, passando pela violência revolucionária e a violência em prol da “democracia” (Macamo, 2008: 120), até à violência silenciosa ou aberta (linchamentos) na actualidade (Serra, 2003a, 2003b).

A terceira razão da avaliação negativa sobre a SCM está relacionada com o eixo valores-impacto. A SCM carece de confiança, que não pode ser unicamente atribuída à fraqueza da sociedade em geral. As próprias OSC e as suas lideranças, salvo poucas e isoladas excepções, têm-se revelado incapazes de afirmar autoridade e credibilidade suficientes. Isto tem que ver com fraqueza de carácter, integridade e dignidade, por um lado, e fraqueza de competência, técnica e educacional, da maioria dos membros que compõem e lideram as OSC, por outro.

IMPERATIVOS FUNDAMENTAIS NO FUTURO PRÓXIMO

As três razões acima referidas como principais causas e fonte explicativa da fraqueza da actual SCM, resultando num certo balanço negativo da SCM, contêm os elementos básicos para inferir

ideias sobre os principais desafios no futuro próximo. A título de conclusão deste trabalho, identificam-se seguidamente cinco desafios imperativos, se a SC em Moçambique quiser superar a sua actual fraca credibilidade, conquistando confiança, estima e credibilidade, entre os cidadãos nacionais e actores internacionais. Os imperativos são representados pelos seguintes conceitos-chave: 1) Dignidade pacifista; 2) Honestidade corajosa; 3) Excelência; 4) Transparência; e 5) Confiança.

IMPERATIVO DA DIGNIDADE PACIFISTA - “NÃO HÁ DUAS SEM TRÊS”?

No último meio século, Moçambique sofreu 26 anos de duas guerras nacionais. Será que os moçambicanos irão ser capazes de evitar uma terceira guerra ou conflitos violentos generalizados, contrariando assim o adágio popular, “não há duas sem três”? Ou, pelo contrário, depois das duas guerras já vividas, será que a terceira ainda vem aí? Esta dúvida tem sido objecto de consideração, directa ou indirectamente (Couto, 2009; Francisco, 2008a; Macamo, 2008; Serra, 2003a; 2003b; Vaux et al., 2006). Não é demais recordar, também, o ponto demonstrado por Newitt (1997) sobre o banditismo endémico em Moçambique. Para Newitt, a guerra dos 16 anos, particularmente o efeito Renamo, não passou de mais uma manifestação do que faz parte do subconsciente dos moçambicanos. Recentemente, outros autores têm tentado convencer-se, mas sem convicção, que o pior já passou; exemplo disto é o relatório do MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares):

A conjuntura nacional e regional prevalecente permite acalentar esperanças de que o retorno à guerra em Moçambique é uma hipótese pouco provável. Contudo, existem no país factores de natureza político-militar e socioeconómica que devem ser tomados em linha de conta na governação política do país para assegurar que a paz, estabilidade e segurança se consolidem. São exemplos desses factores, a pobreza que afecta a maioria da população moçambicana, o elevado custo de vida, o desemprego, a exclusão social e a presença de homens armados, somente para citar alguns. (MARP, 2006: 19)

“Acalentar esperanças” soa mais a hesitação reservada, perante uma realidade social e política ainda bastante pantanosa. Acalentar significa, no dicionário, alimentar, embalar, consolar, aquecer, ou trazer na mente (uma ideia) com desejo que aconteça. Francisco (2008a) argumentou, todavia, que muito pouco tem sido feito para se evitar, principalmente a longo prazo, o recrudescimento de conflitos violentos em Moçambique.

Volvidas duas décadas, em relativa paz, acalentar esperanças é completamente insuficiente. O que falta, ou tem evitado, que Moçambique mergulhe num Estado Falhado? Três condições apenas: 1) O apoio financeiro massivo ao Estado pelos doadores internacionais; 2) O facto de a liderança política dominante não se ter ainda convertido numa força política intoleravelmente repressiva; uma espécie de “Estado Novo”, similar ao que surgiu na Metrópole colonial nos anos 30 e manteve Moçambique, até 1975, sob um regime fascista, para além de colonial; 3) Que algumas das OSC se tenham esforçado, não obstante a grande fraqueza da generalidade da SCM, em recor-

dar que a sociedade moçambicana não deseja voltar a ser mergulhada em opções de violência armada, quanto é possível escolher alternativas pacíficas, construtivas e progressivas.

Por enquanto, as demonstrações violentas em Maputo, na primeira semana de Fevereiro de 2008, representaram apenas um ensaio isolado de erupção social violenta.²² Todavia, o mais provável é que o custo de vida e tensão social aumentem, nos próximos anos, nos principais centros urbanos. Nesta perspectiva, um dos principais desafios para a SCM, no futuro próximo, seria reflectir com mais coragem, integridade e sentido de responsabilidade sobre o que fazer para evitar que a frágil democracia pluralista moçambicana desmorone. Se no passado os moçambicanos acabaram por encontrar solução para os conflitos violentos em que se viram mergulhados, continua a ser pertinente indagar sobre o que fazer para evitar que o vaticínio do famoso adágio popular, acima referido, não se concretize.²³

IMPERATIVO DA HONESTIDADE CORAJOSA — QUEM PODE ESQUECER?

“Não vamos esquecer o tempo que passou”, era uma das canções revolucionárias mais queridas de Samora Machel. Machel insistia na necessidade de se recordar sem complexos o período da profunda humilhação em que, como dizia a canção, “Ao pai de cinco filhos chamavam rapaz; à mãe de cinco filhos chamavam rapariga”. Porque o processo de exorcismo histórico dinamizado por Machel não foi concluído, muitos dos demónios do passado passaram a ser recordados em função das conveniências dos protagonistas de cada momento. Ironicamente, Machel poderá ter sido uma das primeiras vítimas do esforço que ele próprio não conseguiu concluir, ao ser remetido ao esquecimento, logo após o seu inesperado falecimento. O escritor Daniel da Costa (2008: 48) recorda, numa das suas crónicas, a solidão de Machel, no ano anterior à sua morte, mas que viria mais tarde a ser ultrapassada pelo cidadão comum, no mercado informal, nos “chapas” e nos “dumbanengues”.²⁴

O relacionamento com o passado, mais ou menos remoto, molda a formação do carácter e da personalidade das novas gerações da sociedade civil. Mais do que uma questão cultural, o investimento em enterrar o passado e falsificar o presente acaba por correr a mentalidade das gerações contemporâneas, minando, em particular, a maturidade da sociedade civil. Isto afecta o sentido de dignidade, de justiça e de generosidade. Por exemplo, são cada vez mais frequentes as notícias e depoimentos sobre novas formas de escravidão e servidão doméstica, incluindo tráfico de pessoas e órgãos humanos, formas degradantes e desumanas de condições de trabalho e de vida, observadas em muitas partes de Moçambique. Como inverter este efeito negativo, com vista a que o passado contribua para o fortalecimento de um carácter, sentido de dignidade e auto-estima efectivos?

Alguns observadores (e.g. A Liga dos Direitos Humanos, fontes electrónicas modernas, como o blog «Diário de um Sociólogo») não têm precisado de recorrer ao passado remoto e inspirar-se nele, para denunciarem as práticas idênticas à escravidão e servidão doméstica prevalentes

nos séculos XIX e XX. Fazem-no porque possuem carácter forte e elevado sentido de dignidade afirmativa. Só que estas vozes (uma organização activa e um activista individual, entre algumas outras) são ainda vozes muito isoladas, dentro da actual SCM. Na maioria dos casos, as OSC reagem com indiferença e complacência, resignação ou dissimulação, para com as graves violações à dignidade humana, nos dias de hoje. Em parte, esta postura deriva da amnésia do tempo que passou e da incapacidade de usar o passado de forma mais construtiva e activa.

As injustiças actuais não se tornam mais injustas por serem idênticas às do passado. Mas o que a comparação e contextualização histórica podem fazer é mostrar que, afinal, o progresso nas condições de vida é menos efectivo e real do que se diz e se tenta fazer crer.²⁵ A desvalorização (negação/deturpação) do passado, tanto remoto como recente, continuará a ser, no futuro próximo, um importante desafio. Da reflexão realizada neste texto, podem inferir-se algumas causas explicativas da má relação com o passado: os preconceitos da mentalidade colectivista, de origem comunitária, consuetudinária ou informal; a mentalidade mesquinha associada ao receio e inveja do sucesso uns dos outros; oportunismo e tentativa de aproveitamento, ou mesmo abuso, das pessoas mais ingénuas ou desfavorecidas. Quando a mentalidade de uma sociedade se torna refém dos esforços visando deturpar o passado, o mais provável é gastarem-se demasiadas energias a falsificar também o presente. Nos últimos anos, tem-se investido demasiadas expectativas nas aparências, e não na realidade; naquilo que se finge acreditar acontecer, em vez de no que realmente acontece na vida quotidiana (Francisco and Matter, 2007; Francisco, 2005a, 2005b, 2007b).

IMPERATIVO DA EXCELÊNCIA: O BOM É INIMIGO DO ÓPTIMO

Da terceira secção, relativa à breve caracterização das três esferas em que se alicerça a sociedade – Estado, mercado e família – diversos desafios para o desenvolvimento futuro da SC podem ser inferidos. Por exemplo, sabendo que o Estado contribuiu marginalmente com recursos financeiros (pouco mais de 3% das receitas da SC), a que se deve a sua contínua influência e excessiva supremacia sobre OSC formais? Justifica-se tamanha influência, tutela ou mesmo manipulação, por parte do Estado, e em particular do partido no poder e seu governo, sobre os desígnios das OSC (incluindo as ONG estrangeiras)?

Se tal hegemonia resulta da forte herança do tipo de Estado-partido, criado em mais de três décadas de independência, o que poderão fazer as OSC para desenvolverem o seu carácter e competência, com vista a garantirem que os interesses comuns à sociedade não se tornem reféns dos interesses particulares estabelecidos?

Outra explicação para a grande subordinação das OSC ao poder político e ao Estado tem que ver com a fraqueza das instituições económicas e sociais, no mercado e no domínio familiar. No quotidiano de expressão portuguesa é frequente ouvir-se dizer que “O óptimo é inimigo do bom”. Este ditado popular é usado como advertência para não se procurar alcançar o óptimo

ou a perfeição, sacrificando resultados satisfatórios e bons. Collins (2006, 2007) defende uma visão diferente: “O bom é inimigo do óptimo.”

Esta última perspectiva é particularmente relevante para as OSC, principalmente as que são lideradas pela ideia de que uma forma de atingir a excelência é imitar as práticas das empresas privadas. Acontece, como demonstra Collins (2006: 1), que a crença segundo a qual as OSC deveriam tornarem-se “mais como o negócio” ou “mais como o sector privado”, para além de enganadora por tornar-se fatal. Investigações sistemáticas sobre o desempenho das empresas, com a pesquisa de Collins (2006, 2007), mostram que a maioria das empresas privadas oscila entre o medíocre e o bom; a maioria das empresas correlacionam-se mais com a mediocridade do que com a excelência. Poucas são excelentes. Por isso, questiona Collins (2006:1), qual seria o sentido de se importar práticas medíocres para o sector social, quando as práticas associadas à eficiência, disciplina e produtividade, são atributos da excelência, de modo algum dependentes da natureza (lucrativa ou não lucrativa) das organizações?

Se as OSC e os seus líderes se identificarem com uma cultura organizacional de excelência, poderão conquistar inúmeras vantagens competitivas na mobilização de recursos, apoio técnico e autoridade perante os protagonistas, tanto no domínio público como privado. Tal como defende Collins, sem as pessoas certas não há líderes excelentes; com uma estrutura leve, sem hierarquia e sem burocracia, é mais fácil assegurar uma cultura de desempenho exigente e mais efectividade na obtenção de resultados; a tecnologia não é o detonador da excelência, mas sim um importante acelerador de impulsos em prol de maior qualidade.

IMPERATIVO DA TRANSPARÊNCIA

Já o clássico economista Adam Smith (citado por Sen, 2005: 136), há mais de 200 anos atrás, afirmava que os interesses estabelecidos tendem a sair vencedores mais por causa do seu melhor conhecimento dos seus próprios interesses do que do seu conhecimento e desejo de defenderem os interesses públicos. Os custos da corrupção na sociedade moçambicana são reais. A organização internacional Transparência Internacional, ao publicar anualmente o Índice de Percepção da Corrupção (IPC,) tem reunido evidências sobre os elevados custos de transacção no sector público e privado.²⁶ A fiabilidade deste índice é por vezes questionada pelo facto de os entrevistados abrangidos poderem também ser influenciados pelos interesses a que estão ligados. Apesar disso, poucas são as dúvidas quanto ao facto de Moçambique integrar o grupo de países mais corruptos no mundo (Transparency International, 2009).

Uma nova forma de poder, cada vez mais forte na actualidade, é a força da transparência assente em práticas honestas, íntegras e de comprometimento com objectivos socialmente viáveis. As OSC moçambicanas precisam de melhorar tanto a sua aparência como a realidade das suas práticas, até aqui ainda muito mergulhadas numa cultura de opacidade avessa à transparência. Todavia, o comprometimento genuíno e determinado com a transparência emerge

presentemente como uma opção estratégica importante, quando se trata de concorrer na arena pública com organismos tanto do Estado como do mercado.

A generalidade dos estudos que concluem que a SCM é fraca raramente deixam claro até onde vai a responsabilidade fora da SC e onde começa a responsabilidade dos líderes e das suas organizações. Neste trabalho reconhece-se que a SCM é uma arena complexa e diversificada, virtualmente sem limites, sem no entanto se conseguir estabelecer fronteiras rígidas e claramente delimitadoras da sociedade civil. Este problema de responsabilidade é consistente com as imensas contradições que caracterizam a vida normal das sociedades. Perante tal realidade, designadamente agónica, a partir da consideração dos dois eixos enquadradores das quatro dimensões da SC permitem destrinçar as responsabilidades dentro e fora da própria SC. Uma parte importante da fraqueza da SCM deriva da fraqueza da própria sociedade, ao nível das suas principais esferas – mercado, família e Estado. Porém, outra parte importante da fraqueza resulta do fraco carácter e baixo nível de competência das OSC e dos seus líderes.

O IMPERATIVO DA CONFIANÇA

Acreditar na actual SCM é extremamente arriscado, mas deixar de o fazer é mais ainda. Numa situação em que ninguém confia em ninguém, a burocracia e a intransparência aumentam, para compensar tanto a falta de confiança como a fraca competência e capacidade de produzir resultados. Mas esta realidade pode ser alterada e invertida. É possível conquistar a confiança das pessoas, desde que se mude o ambiente de fraca credibilidade em que as OSC se encontram mergulhadas. Acreditar naquilo que não vemos, no que está oculto, ou mesmo no que inexistente, é uma prática cultural amplamente generalizada entre os moçambicanos. Por que não acreditar em algo com potencial de se tornar realidade? Mesmo sem sinais evidentes, sem provas suficientes, uma expressão de confiança, genuína e efectiva, na SCM pode ser suficiente para despoletar os méritos e o potencial que inspire as OSC a desenvolver o seu carácter e maior competência, por si próprias. Se tal for feito, o desenvolvimento de uma SCM credível e confiável acabará, em si, por se converter num importante teste à capacidade e empenho dos principais actores da sociedade moçambicana de promoverem instituições favoráveis ao progresso. O sucesso ou fracasso do fortalecimento da SCM dependerá, em grande medida, da criação de infra-estruturas e condições institucionais para que as OSC se tornem mais competentes, eficientes e eficazes.

AMBIENTE-ESTRUTURA: TRANSPARÊNCIA E RELEVÂNCIA SOCIAL

Promover as OSC informais, através de vias flexíveis de formalização, maior visibilidade e reconhecimento das redes informais, abre campo para parcerias com enorme potencial. Parcerias entre as OSC formais e informais, com o objectivo de tornar as OSC com maior visibilidade pública mais relevantes socialmente, e vice-versa; com o objectivo de tornar as OSC informais socialmente relevantes mais visíveis e activas nos meios politicamente decisórios e influentes.

Dependendo das áreas, poderiam ser criadas redes de entajuda e parceria com os mecanismos informais já existentes, visando proporcionar protecção social às famílias, serviços de poupança e sistemas financeiros comunitários informais.²⁷

Um outro nível importante de reflexão tem que ver com as áreas de desenvolvimento, presentemente financiadas através do Orçamento do Estado e sectores da Administração Pública (PAP, 2009), mas cuja responsabilidade deveria ser reorientada quer para o mercado privado, quer para a sociedade civil; isto inclui as organizações cívicas e sociais, ao nível educacional, serviços sanitários, microfinanceiras locais (incluindo o actual fundo de iniciativa local, vulgo “7 milhões” gerido actualmente pelo Presidente da República e Administradores dos Distritos), mecanismos de protecção social, círculos de interesses recreativos e cultura.

Uma área institucional de particular importância para a SCM é a questão da descentralização do poder de decisão e da gestão dos recursos financeiros, ao nível de base (distrital, de localidade e aldeia). Se emergisse uma concertação de OSC que fixassem metas temporais, em torno das quais iria tentar mobilizar os governantes do Estado e líderes políticos, no sentido de acelerar a extensão da autarcização democrática aos 128 distritos.

VALORES-IMPACTO: INTEGRIDADE E CREDIBILIDADE

Introduzir reformas no funcionamento e valores das OSC, visando aumentar a honestidade e probidade, constitui uma tarefa prioritária e urgente. Honestidade é o princípio que conduz as pessoas a dizerem a verdade. Probidade, é seguir o princípio de integridade de carácter, honradez e brio em manter as promessas assumidas perante si próprios e/ou perante os outros. Reforçar o sentido de integridade, implica garantir o cumprimento do que se promete; ser congruente (apropriado) em todos os aspectos; ter coragem de agir segundo os valores escolhidos. Desenvolver maior articulação entre a integridade e comportamentos audazes, corajosos e amáveis, é um esforço indispensável, considerando as experiências humilhantes, sofridas no passado remoto e recente. Cultivar qualidades como: respeito pelos outros, honestidade, transparência, lealdade, tolerância, rigor no desempenho das actividades, reconhecimento da realidade (em vez das aparências), explicitação franca das expectativas, responsabilização individual, cumprimento dos compromissos, apreciação da confiança mútua. Tudo isto pode contribuir para o fortalecimento da integridade de carácter de que carecem grande parte das actuais OSC.

As OSC precisam de desenvolver competências a dois níveis: técnicas e conceptuais. *Competência técnica* – Aptidão e conhecimento necessários para levar a bom termo as tarefas. *Conhecimento conceptual* – capacidade para ver o todo e como as partes se relacionam entre si; capacidade para pensar estratégica e sistematicamente, e não apenas taticamente. Ambas capacidades (técnica e conceptual) são habilidades potencialmente inspiradoras de confiança, por reflectirem os talentos, atitudes, conhecimentos, estilo e empenho na realização dos resultados.

No passado, as OSC contribuíram para legitimar certas políticas do Governo e seus parceiros internacionais, com destaque para as seguintes: 1) Campanhas em prol do cancelamento da dívida externa moçambicana. Infelizmente, após o cancelamento da dívida internacional, as OSC deixaram de exercer uma monitoria regular (exceptuando casos isolados, como o CIP e alguns investigadores individuais) do uso dos fundos; existem evidências de uso inapropriado ou desvios de aplicação (e.g. relatórios do Tribunal Administrativo; Hodges e Tibana, 2005). 2) A chamada “campanha da terra” constituiu uma bandeira de certas OSC que acreditaram que o actual modelo de Lei da Terra é adequado para defender os cidadãos e as comunidades rurais. Na prática, porém, existem evidências de um acelerado processo de acumulação de terra para fins especulativos, num processo de profunda desvalorização dos activos imobiliários e fundiários, no mercado formal, a favor da especulação, informalização e acumulação improdutiva de valores. Este é um dos temas que, em devido tempo, necessitaria de reflexão mais crítica e séria das OSC, se é que realmente irão conseguir pautar-se mais em conformidade com os interesses comuns públicos, em vez dos interesses privados estabelecidos (Francisco, 2008b, 2009a, 2009b; Francisco e Paulo, 2006).

Existem outras áreas onde as OSC têm participado, nuns casos como meras observadoras, noutros com fraca possibilidade de intervenção; por exemplo, os chamados Observatórios, da pobreza ou do desenvolvimento, do processo eleitoral, e elaboração de políticas e visões nacionais (e.g. Agenda 2025) e sectoriais. Como mostram Francisco e Matter (2007), em muitos casos a participação tem acabado por servir para legitimar as políticas do Governo, dos empresários ou dos doadores, em vez de garantir a viabilização e sustentabilidade do bem comum. O problema não está em se legitimar e apoiar as acções consistentes com os interesses comuns. O problema, intimamente ligado à frágil reputação da SCM, deriva do facto de os interesses estabelecidos saírem geralmente vencedores, por conhecerem e agirem melhor em conformidade com os seus próprios interesses, não por conhecerem ou defenderem os interesses públicos melhor do que as OSC.

Não é de mais repetir o que foi dito acima. Acreditar na actual sociedade civil moçambicana é extremamente arriscado, mas deixar de o fazer é mais ainda. A fraqueza e falta de confiança das OSC podem ser alteradas, desde que se invista nos imperativos acima identificados: coragem, honestidade, excelência, transparência e confiança.

NOTAS

¹ O autor agradece a leitura, sugestões e comentários, em particular de: Jonas Pohlmann, Luís de Brito, Ivette Fernandes e Sérgio Chichava.

² O termo “Soberania” é entendido como direito fundamental do Estado com os seguintes atributos: a) Independência - se dependesse de outrem, não seria um poder soberano; b) Uno e indivisível - por definição só existe um poder soberano dentro do mesmo Estado; c) Inalienável e imprescindível - não é transferível para outrem. Assim, o termo “independente” surge como um dos atributos entre outros (Afonso, 1972: 14-15).

- ³ Segundo Aleluia (in Laban, 1989: 23): “O Dr. Arouca e o NESAM é que romperam as boas relações com as autoridades.” Segundo Arouca: “Foi assim que, em 1972, fui eleito o ‘Preso Político do Ano’ e se fizeram manifestações de repúdio às portas das embaixadas dos países que apoiavam a potência colonizadora, tornando ao mesmo tempo conhecida a nossa luta pela independência em Moçambique.” (Arouca, 2000: 31).
- ⁴ De quem Knopfli disse, segundo Mendes (2006: 71), que “tinha aberto a picada para onde iam caminhar”.
- ⁵ UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union), UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente).
- ⁶ Em 2000, Arouca escreveu: “Já não é novidade para ninguém de que em quase todas as colónias portuguesas a independência começou com o pé torto, até porque se tinha de seguir as directrizes, os métodos e os processos dos regimes que nos haviam pago a guerrilha. De um modo geral, os que ficaram com as rédeas da governação haviam sido treinados para guerrilheiros dentro da ideologia política dos patrocinadores das guerras de independência e implantaram no terreno em doses iguais de ingenuidade, impreparação e entusiasmo as doutrinas políticas que lhes haviam sido transmitidas. Dificilmente, o resultado podia ter sido pior.” (Arouca, 2000: 31).
- ⁷ *O Paraíso na Outra Esquina*, título do romance do peruano Mario Vargas Llosa (2003), elaborado em torno da metáfora do jogo popular de crianças; com os olhos vendados, um dos participantes tenta localizar “o paraíso” enquanto os demais procuram desviá-lo do rumo certo. Parafraseando um crítico do referido romance, este livro deixa um gosto amargo na boca do leitor e um grito silencioso de angústia no peito dos que ainda sonham com as utopias.
- ⁸ Puritanismo, no sentido de austeridade de princípios, aparentemente inspirado na experiência das chamadas zonas libertadas e empenho dos revolucionários, no combate aos valores da sociedade velha, tanto os chamados valores burgueses como os tradicionais-feudais. Jovens namorados ou até casais eram intersectados na rua, por guerrilheiros da Frelimo, sendo frequentemente acusados de corrupção sexual. Nas zonas rurais, onde era costume praticar ritos de iniciação e outras práticas, estas eram combatidas, com um ascetismo moralista extremo, em nome da perfeição moral da sociedade nova e superior almejada. Sobre isto ver testemunhos nos discursos de Samora Machel e na literatura de ficção relativa ao processo de transição para a independência.
- ⁹ Segundo certos activistas oriundos de distritos em províncias distantes da Cidade de Maputo, a simples presença de militantes da Frelimo e da Renamo em debates da sociedade civil provoca geralmente inibições e desconforto, incluindo retaliações e perseguições contra pessoas que assumam posições contrárias a um dos principais adversários políticos.
- ¹⁰ A Lei Orgânica aprovada pela República Portuguesa para Moçambique, antes da guerra pela independência, definia como cidadãos (não-indígenas) aqueles que possuísem conhecimentos de português e exercessem uma profissão ou alguma forma de actividade económica auto-

suficiente, ou estivessem ao serviço do Governo. Assimilação era o reconhecimento oficial da entrada de uma pessoa de raça negra na “comunidade lusíada”. Para se habilitar a este estatuto tinha de satisfazer as seguintes condições: 1) Saber ler, escrever e falar português correntemente; 2) Ter meios suficientes para sustentar a família; 3) Ter bom comportamento; 4) Ter a necessária educação e hábitos individuais e sociais de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal; 5) Fazer um requerimento à autoridade administrativa da área, que o levaria ao governador do distrito para ser aprovado. Segundo o Censo de 1955, existiam 5,6 milhões de pessoas classificadas como “não-civilizadas” e 4554 “negros civilizados” ou assimilados (Mondlane, 1977: 46).

¹¹ Todavia, a seguinte frase é da autoria de Mía Couto: “As que como eu, têm hoje quarenta e cinquenta anos... pertenceram, primeiro, a um Moçambique colonial. A um Moçambique que ainda não era Moçambique”, como até Mía Couto (2005: 86). PARABÉNS – “Soube que fazes anos, Moçambique. Estás de parabéns. Oxalá tenhas mais juizinho daqui para a frente... Agora, tens vinte e cinco anos.” (Costa, 2003: 12). Existem, felizmente, referências mais fidedignas. Sem falar das referências académicas, em livros de história (e.g. Serra, 2000; Pélissier, 2000; Newitt, 1997), a literatura de ficção contém exemplos dignos de referência: “Repensar a soberania arriscando mais democracia” (Macamo, 2006: 51-58); “Café com pernas”, de Costa, 2008: 63-65); o poema de Craveirinha (2008: 63), “Neo-moçambicano”.

¹² Tal como escreveu Newitt (1997: 363), em nenhum momento foram os camponeses um alvo inerte da opressão. A política colonial e a reacção dos camponeses estabeleceram uma espécie de dialéctica hegeliana que a sociedade moçambicana herdada pela Frelimo acabou por criar. A experiência dos camponeses negros em Moçambique diferia em dois aspectos da dos seus congéneres em muitas outras partes de África, explica ainda Newitt. Em primeiro lugar, o trabalho não estava, de um modo geral, associado à perda da terra; continuavam a parte da agricultura de subsistência da aldeia. Em algumas zonas, a mão-de-obra contratada era recrutada entre as populações com excesso de mão-de-obra na economia rural, e apesar dos baixos salários dos trabalhadores, o seu rendimento levou a um aumento do consumo e mesmo a uma capacidade de acumular capital. O segundo factor foi a possibilidade de o camponês moçambicano emigrar.

¹³ “Os Naturais” “Eram os brancos naturais daqui. No início, eles não consideravam ‘natural’ quem não fosse branco... foi António Cabral quem fez vingar a ideia de que bastava ter nascido em Moçambique para ser ‘natural’. Por isso abriu as portas daquela Associação também aos africanos. Eu e um dos meus filhos fomos sócios. Quem quisesse entrar e fosse de facto natural podia ser sócio independentemente da sua cor ou raça.” Mas poucos acabaram por aderir, “... porque havia relutância. A nossa gente tinha grandes dúvidas quanto às intenções dos brancos.” (Aleluia, 1989: 23-24). Segundo ainda Aleluia, as actividades dos Naturais era a “luta camuflada contra a hegemonia dos metropolitanos nas decisões políticas que afectavam a vida da colónia... Mas, como disse, [as autoridades] fecharam-na.”

- ¹⁴ Como escreveu Leite de Vasconcelos, em 1987, sobre “A tentação do eufemismo”:
“... o eufemismo é um instrumento corrente da linguagem, tanto mais utilizado quanto mais quem fala ou escreve sente a necessidade de atenuar a dureza e a fraqueza das expressões. No limite está a linguagem diplomática, feita quase exclusivamente de eufemismos, o que levou alguém a definir a diplomacia como a arte de mandar alguém para o inferno, deixando-o ansioso por fazer a viagem”(Vasconcelos, 2008: 66-67).
- ¹⁵ Expressão inspirada nos versos do poema “Neomoçambicano” de José Craveirinha, apresentado mais adiante.
- ¹⁶ “*A estranha ausência que ninguém estranhou*”, crónica de Leite de Vasconcelos (12.05.1989) – “Os estudantes universitários fizeram um movimento reivindicativo (...) Pensando melhor, houve neste processo uma coisa anormal e outra anormalíssima. Qual foi a coisa anormal? É que, em todo o processo, nem os estudantes, nem o Partido, nem o Governo, nem a moção das Forças de Defesa e Segurança fizeram uma única menção à OJM. E a própria OJM, pelo menos aparentemente, não fez um gesto, não disse uma palavra, não tomou uma iniciativa. (...) Qual foi a coisa anormalíssima? O facto de a ausência não ter espantado ninguém. Foi tomada como um fenómeno naturalíssimo. Quando mais de dois mil jovens universitários fazem um movimento reivindicativo com as dimensões que este teve, pelas razões que este apresentou (...) No que respeita à vida dos jovens estudantes universitários, a OJM parece ter querido provar que inexistente e os estudantes mostraram que, para eles, ela inexistente mesmo...” (Vasconcelos, 2008: 175-177).
- ¹⁷ “... o Craveirinha começa, pela primeira vez, através da nossa página, a ser publicado. Porque era considerado burguês, ninguém o publicava aqui! Havia uma certa perseguição aos poemas do Craveirinha após a independência. Está a ver como são as coisas... Durante um grande período o Craveirinha foi considerado como um poeta burguês por alguns grupos intelectuais de extrema-esquerda e que tinham força aqui na praça intelectual” (da Silva, in Laban, 1989: 790).
- ¹⁸ Aleluia recorda quando ficou doente numa enfermaria de doentes “terminais”, sem assistência de espécie alguma, nem mesmo alimentação, durante treze dias; só não morreu porque através da Prof. Fátima Mendonça e do poeta José Craveirinha conseguiram alertar e sensibilizar Marcelino dos Santos para a sua grave situação. “Marcelino dos Santos tirou-me para um local onde os doentes são realmente tratados, arrancando-me assim às garras da morte.” (Aleluia, in Laban, 1989: 34).
- ¹⁹ Alba (2006: 88), numa das suas breves anotações, nos anos 80, escreveu: “A pena de morte: o que há de melhor em nós sai derrotado disto.”
- ²⁰ Nomeadamente como a publicação do primeiro censo nacional do INE (2006) às Instituições Sem Fins Lucrativos e o estudo promovido pela CIVICUS e a FDC sobre *o Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007* (ISC 2007) (Francisco et al., 2008).

- ²¹ Singapura, com uma população equivalente à de Maputo (cidade mais província) em 1996 produzia em 6 dias o mesmo que Moçambique num ano (em 2006 precisou de 15 dias); Austrália, com população do mesmo tamanho que Moçambique, em 1996 produzia o mesmo que Moçambique em um dia e meio e em 2006 em pouco mais de dois dias e meio. Os Estados Unidos precisava em 1996 de uma hora e 45 minutos, enquanto em 2006 precisou de mais duas horas, para produzir o equivalente produzido por Moçambique num ano.
- ²² A violência, sobretudo a violência silenciosa, tem sido dissimulada com recurso ao mito de que o povo moçambicano é um povo não violento, ordeiro e pacífico, não obstante ter vivido duas guerras (totalizando 26 anos) no último meio século. “Eu penso que nunca fomos um povo pacífico”, afirma Couto, referindo-se às manifestações de 5 de Fevereiro de 2008: “Sempre vivemos com o preconceito de que somos um povo pacífico e quando acontecem estas situações de manifestações e linchamentos ficamos muito admirados. *Mia Couto em primeira pessoa: Moçambicanos não são pacíficos*. <http://manueldearaujo.blogspot.com/2008/03/mia-couto-em-primeira-pessoa.html>
- ²³ As recentes declarações do veterano de guerra, Sr. Alberto Chipande, reivindicando o direito de os antigos combatentes da luta armada pela independência de se tornarem ricos (presumivelmente à custa do erário público), têm provocado reacções diversas, incluindo uma potencialmente perigosa. Alguns jovens questionam-se se não deverão também recorrer a novas formas de violência armada para fazerem ouvir suas aspirações e preocupações causadas pela crescente desigualdade e exclusão social.
- ²⁴ “A solidão do presidente ficou no entanto mais nítida, após a queda do avião em Mbusini, na África do Sul. Dentro do país, os amigos passaram a evitar o seu nome. Das poucas vezes que Machel fosse evocado, era para se associar a sua imagem a erros do passado, erros colegialmente cometidos, mas exclusivamente debitados na sua conta pessoal (...) Foi o homem da rua, o povo do chapa e dos dumbanengues quem ousou romper com o silêncio durante os anos de tácita amnésia e ousou celebrar o herói que hoje toda a gente de repente quer celebrar, a pretexto dos 20 anos de Mbusini. Para imortalizar Samora Machel nos seus corações, essa gente humilde não ficou à espera de patrocínios ou de quaisquer cheques associados ao erário público. Nem de decretos.” (Costa, 2008: 48-49). Um exemplo muito recente de deturpação do passado para servir interesses estabelecidos surgiu na campanha eleitoral de 2009, ao divulgarem-se cartazes com dizeres como o seguinte Guebuza Pai de Moçambique” (“Guebuza Pai de Moçambique”? E Machel, virou avô?, <http://bricolando.ning.com/forum/topics/guebuza-pai-de-mocambique-e>).
- ²⁵ Nem a propósito! Dias antes da conclusão deste artigo, o Jornal O País divulgou em 21.10.2009 (p. 8) um artigo intitulado: “Empregados domésticos ainda são vistos como ‘escravos’”. Segundo a reportagem a AMUECO (Associação de Mulheres Empregadas Domésticas), com quase 5875 membros, a falta de contratos de trabalho, discriminação no local de trabalho, o não respeito pelas horas normais de trabalho diário (8 horas), salários abaixo do mínimo estabelecido, falta de apoio

por parte do patronato em caso de doença ou de morte, são algumas, entre muitas outras, preocupações das trabalhadoras domésticas.

²⁶ O IPC, apresentado numa escala de zero (percepção de muito corrupto) a dez (percepção de ausência de corrupção), classifica os níveis de percepção de corrupção no sector público, através de um índice composto de fontes especializadas. Moçambique tem oscilado entre 2,7 pontos em 2002, e 2,6 pontos em 2008 (Transparency International, 2009)

²⁷ O MARP recomenda: “Na esfera do Objectivo 6: Encorajar a participação da Sociedade Civil alargada: ‘Promoção de um debate alargado sobre o que significa sociedade civil na perspectiva mais inclusiva, retomando como base a definição da Agenda 2025 (família, formações religiosas, sindicatos, associações cívicas, ONG, movimentos sociais, autoridades tradicionais e associações profissionais).” (MARF, 2009: 58)

REFERÊNCIAS

- Adam, Yussuf. 2005. Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo: *Trajectoria de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: PROMÉDIA.
- Abreu, Francisco. 2002. *Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabos.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson. 2001. “An African Success Story: Botswana. <http://econ-www.mit.edu/faculty/>.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson. 2003. “Understanding Prosperity and Poverty: Geography, Institutions and the Reversal of Fortune”. <http://econ-www.mit.edu/faculty/>.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson. 2004. “Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth”. <http://econ-www.mit.edu/faculty/>.
- Adamodjy, Bahassan. 2001. *Milandos de Um Sonho*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Afonso, A. Martins. 1972. *Princípios Fundamentais de Organização Política e Administrativa da Nação*. Compêndio para o 3.º Ciclo dos Liceus. 3.ª Edição. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- Ainadine, Elias (Cord.). 2008. *Sumário de Estudo de Base: A Monitoria da Governação em Moçambique*. Maputo: Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC).
- Alba, Sebastião. 1981a. *O Ritmo do Presságio*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Alba, Sebastião. 1981b. *A Noite Dividida*. Maputo: Instituto nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Alba, Sebastião. 2006. *Ventos da Minha Alma*. Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Almeida, António de. 1964. “Os estados antigos dos nativos de Moçambique (sul do rio Save) quanto à liberdade”, in *Moçambique: Curso de Extensão Universitária*, Ano Lectivo de 1964-1965. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 97-119.
- Arnaldo, Carlos. 2007. *Fecundidade e seus Determinantes Próximos em Moçambique: Uma análise dos níveis, tendências, diferenciais e variação regional*. Maputo: Texto Editores.

- Arouca, Domingos. 2000. “*A luta pela independência*”, in Savana 23.06.2000, Suplemento Especial 25 de Junho, pp. P. 31.
- Artur, Armando. 1986. *Espelho dos Dias*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Assembleia da República. 1975. *Constituição de 25 de Junho de 1975*. BR n.º 001, I Série, 25 de Junho de 1975, pág. 1-6.
- Assembleia da República. 1990. *Constituição de 02 de Novembro de 1990*. BR n.º 048, I Série, 3.º Supl. de 29 de Novembro de 1990, pág. sn a id.
- Assembleia da República. 2004. *Constituição de 16 de Novembro de 2004*. BR n.º 051, I Série, de 22 de Dezembro de 2004, pág. 543 a 573. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique. <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>
- Azevedo, Licínio. 1983. *Relatos do Povo Armado*. 1.º Volume. Maputo: Cadernos Tempo.
- Ba Ka Khosa, Ungulani. 1987. *Ualalapi (contos)*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Baptista, Heliodoro. 1980. *Por Cima de Toda a Folha*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Baptista, Heliodoro. 1991. *A Filha de Thandi*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Bragança, Aquino e Immanuel Wallerstein. 1978. *Quem é o Inimigo (II)?* Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Cabrita, João M. 2001. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Cabrita, João M. 2005. *A Morte de Samora Machel*. Maputo: CIEDIMA.
- Castel-Branco, Carlos Nuno. 2009. Comentários no lançamento do relatório “Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique” por Thomas Selemane, editado pelo CIP, em 2009, <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2009/ComentariosdeCastelBranco-RelCIP.pdf>
- César, Amândio. 1972. *Antologia do Conto Ultramarino*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Chiziane, Paulina. 1990. *Balada de Amor ao Vento*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Chiziane, Paulina. 1997. *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Caminho.
- Chiziane, Paulina. 2002. *Niketche: Uma História de Poligamia*. Lisboa: Caminho.
- Coetzee, J. M. 2007. *Diário de Um Mau Ano*. Alfragide: Dom Quixote.
- Coissoró, Narana. 1965. “O regime das terras em Moçambique”, in *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 367-435.
- Collins, Jim. 2006. *Good to Great and the Social Sectors: a monography to company good to great*. London: RH Business Books.
- Collins, Jim. 2007. *De Bom a Excelente*. Cruz Quebrada: Casadasletras.
- Couto, Mia. 1983. *Raíz de Orvalho (poemas)*. Cadernos Tempo. Maputo: Tempográfica.
- Couto, Mia. 1987. *Vozes Anoitecidas*. Lisboa: Caminho.
- Couto, Mia. 2003. *O País do Queixa-Andar (Crónicas jornalísticas)*. Maputo: Ndjira.

- Couto, Mia. 2005. *Pensatempos. Textos de Opinião*. Maputo: Ndjira.
- Couto, Mia. 2007. “Desvalorizar as paredes”, apresentação do livro de João Paulo Borges Coelho. 2007. *Campo de Trânsito*. Maputo: Ndjira, in Jornal Notícias.
- Couto, Mia. 2009. *E se Obama Fosse Africano? E Outras Interinvenções*. Maputo: Editorial Ndjira.
- Covey, Stephen M.R. 2006. *The Speed of Trust – The one thing that changes everything*. New York: Simon & Schuster.
- Covey, Stephen R. 2005. *O 8.º Hábito: Da Eficácia à Grandeza*. Lisboa: Dinalivro.
- Craveirinha, José. 1999. *Contacto e Outras Crónicas*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Centro Cultural Português. Maputo: Instituto Camões.
- Craveirinha, José. 2008. “Neo-moçambicano”, in *Não Matem a Cultura, Não Matem o Craveirinha*. Naguib. Maputo: Museu Nacional de Arte.
- Craveirinha, José. 2009. *O Folclore Moçambicano e as suas Tendências*. Maputo: Alcance Editores.
- Craveirinha, José. *Karingana ua Karingana*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Cuamba, Simeão. 1998. *O Regresso às Origens*. Maputo: DINAME.
- Fauvet, Paul e Marcelo Mosse. 2003. *É Proibido pôr Algemas nas Palavras – Carlos Cardoso e a revolução moçambicana*. Maputo: Ndjira.
- Feliciano, José Fialho, Carlos Manuel Lopes e Cristina Uderlsmann Rodrigues. 2008. *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*. S. João do Estoril: Principia.
- Ferrão, Virgílio Chile. 1975. *Norte*. Lourenço Marques: Edição Académica Lda.
- Ferreira, Renaldo. 1970. *Poemas*. 3.ª Ed. Lisboa. Portugália Editora.
- Fly, Peter (ed.). 2001. *Moçambique*. Ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Francisco, António e Konrad Matter. 2007. Poverty Observatory in Mozambique – Final report, <http://www.gersterconsulting.ch/docs/Mozambique-Poverty-Report.pdf> (acedido 16.08.2009).
- Francisco, António e Margarida Paulo. 2006. Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique, Cruzeiro do Sul - Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, Maputo, http://www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf.
- Francisco, António. 2007a. “Revolução Verde em Moçambique: Será Possível, Provável ou Viável no Contexto das Estratégias Actualmente Dominantes.” Artigo para a Conferência sobre o Desenvolvimento Agrário: Estratégia de Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde – Oportunidades para o Empowerment das Comunidades Rurais em Moçambique, Maputo 17-18 de Agosto, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/AAS1F_2007_Revolucao_Verde_em_Mocambique_revisto03.12.2008.pdf

- Francisco, António. 2007c. Moçambique no 1.º Quarto do Século XXI: Projecções e Cenários Possíveis do Crescimento e Desenvolvimento Económico em Moçambique 2000-2025. Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 19 de Setembro de 2007, Maputo,
http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=8.
- Francisco, António. 2009a. “Bazarconomia da Protecção Social em Moçambique na Primeira Década do Século XXI: Venenos do passado, remédios do presente, futuro envenenado?”
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoII/Artigo%20sobre%20Proteccao%20Social_AFrancisco.pdf
- Francisco, António. 2009b. “Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas Não Falhado”, Artigo do Livro sobre Protecção Social com artigos da II Conferência do IESE (no prelo).
- Francisco, António. 2007b. Índice de Avaliação do Orçamento Provincial de Inhambane. Consultoria Financiada pela Cooperação Irlandesa, Setembro 2007, Maputo (não publicado).
- Francisco, António. 2008a. “Key Triggers and Constraints for Civic Action in Mozambique: Bad Things Come in Three.” Regional Workshop on Civil Society Building, Civil Action for Poverty Eradication, Johannesburg, 22-23 April 2008,
<http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/CSBuildingWorkshop-Joburg-Indaba22-23.05.2008rev.pdf>.
- Francisco, António, Albertina Mucavele, Paula Monjane e Sónia Seuane. 2008. *Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007 - A sociedade civil moçambicana por dentro: avaliação, desafios, oportunidades e acção*. Maputo: Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC).
- Francisco, António. 2005a. Preparação da Metodologia do PARPA II: Papel e Funções do PARPA no Sistema de Planeamento. Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO). Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Francisco, António. 2005b. Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II. Questões de Conteúdo. Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO). Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Francisco, António. 2005c. Recensão crítica do livro *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*, Tony Hodges e Roberto Tibana, Lisboa: Principia, para *Africa Review of Books* (ARB) da CODESRIA, Special Issue Dezembro 2005., pp. 13-14,
http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=8.
- Francisco, António. 2008b. “Bazarconomia de Moçambique: Economia de Sofala e Desafios.” *Seminário sobre a Economia de Sofala*, de 23 e 24 de Setembro 2008 na Universidade Jean

- Piaget de Moçambique, Beira (Inhamítua).
http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Bazarconomia_Moz_Sofala.pdf
- Freitas, Ascêncio de. 2000. *O Canto da Sangardata*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Freitas, Ascêncio de. 2003. *A Paz Enfurecida – romance*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Freitas, José da Costa. 1965. “Movimentos Subversivos Contra Moçambique”, in *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 317-337.
- Frelimo. 1977. *Poesia de Combate 2*. Edição Departamento do Trabalho Ideológico. Maputo: Frelimo.
- Frelimo. 1980. *Poesia de Combate 3*. Edição Departamento do Trabalho Ideológico. Maputo: Frelimo.
- Gonçalves, Carneiro. 1980. *Contos e Lendas*. 2.^a ed. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Gonçalves, Carneiro. 2005. *A Escrita de Anton*. 1.^a ed. Organização e estudo introdutório de Calane da Silva. Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Hayek, Friedrich A. 1976. *The Road to Serfdom*. Chicago: Phoenix Books.
- Heinrich, V. Finn (ed.). 2007. *CIVICUS Global Survey of the State of Civil Society*. Volume 1. Country Profile. Bloomfield: Kumanrian Press, Inc.
- Heinrich, Volkhart Finn. 2004. *Assessing and Strengthening Civil Society Worldwide, A Project description of the CIVICUS Civil Society Index: A participatory needs assessment & action-planning tool for Civil Society*. Civicus Civil Society Index Paper Series, Vol. 2, Issue 1, www.civicus.org.
- Helder, Martins. 2001. *Porquê Sakrani? Memórias dum Médico duma Guerrilha Esquecida*. Maputo: Editorial Terceiro Milénio.
- Hodges, Tony e Roberto Tibana. 2005. *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*. Lisboa Principia.
- Honwana, Luís Bernardo. 1978. *Nós Matámos o Cão Tinhoso*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 2006. *As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultado do Primeiro Censo Nacional (2004-2005)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, www.ine.gov.mz.
- Isaacman, Allen F. e Barbara S. Isaacman. 2006. *Escravos, Escravagistas, Guerreiros e Caçadores: A Saga dos Chicundas do Vale do Zambeze*. Maputo: Promédia.
- Jackson, David, Roberto Salomão e Velasco Bazima. 2004. *Descentralização Planeamento e Sistema Orçamental em Moçambique*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Jardim, Jorge. 1976. *Moçambique Terra Queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.

- Knopfli, Rui. 1999. *A Seca e Outros Textos*. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Centro Cultural Português. Maputo: Instituto Camões.
- Laban, Michel. 1998. *Moçambique: Encontro com Escritores – Ungulani Ba Ka Khosa*. Vol. III. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, pp. 1040-1080.
- Lisboa, Eugénio. 1973. *Crónica dos Anos da Peste – I*. Ensaios. Lourenço Marques: Livraria Académica.
- Llosa, Mario Vargas. 2003. *O Paraíso na Outra Esquina*. Lisboa: Dom Quixote.
- LSE (London School of Economics). 2004. “What is Civil Society?”. Centre for Civil Society, http://www.lse.ac.uk/collections/CCS/what_is_civil_society.htm (acedido a 27.10.2009).
- Macamo, Elísio. 2006a. *Um País Cheio de Soluções*. Maputo: Edições Meianoite.
- Macamo, Elísio. 2006b. *Trepar o País pelos Ramos*. Maputo: Ndjira.
- Macamo, Elísio. 2008. *Planície Sem Fim*. Maputo: Texto Editores.
- Machel, Samora Moisés. 1977. *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular. Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Documentos do 3.º Congresso da Frelimo. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico.
- Mallinda, Daniel Augusto. 2001. *Cartografias da Nação Literária Moçambicana: Contos e Lendas, de Carneiro Gonçalves*. Maputo: Promédia.
- MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares). 2009. *Relatório de Auto-avaliação do País - Tomo I e II*. <http://www.marp.org.mz>. (acedido 05.08.2009).
- Matos, Luís de. 1965. “As Fronteiras de Moçambique”, in *Moçambique: Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 35-55.
- Matsinhe, Cristiano. 2005. *Tábula Rasa: Dinâmica da Resposta Moçambicana ao HIV/SIDA*. Maputo: Textos Editores.
- Matusse, Renato. 2004. *Guebuza: A Paixão pela Terra*. Maputo: Macmillan Moçambique Lda.
- Melo, Guilherme de. 1980. *Moçambique: Dez Anos Depois*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Mendes, João. 2006. *DONDE PARA ONDE: Tópicos para o Estudo do Movimento de Libertação Nacional Moçambicano*. Maputo: Promédia.
- Mendes, Orlando. 1965. *Portagem. Romance*. Beira: Notícias da Beira.
- Methven, Sara. 2008. The Impact of the Paris Declaration on Civil Society in Mozambique. An Alliance 2015 report. Alliance 2015 towards the eradication of poverty. International NGO Training and Research Centre.
- Mondlane, Eduardo. 1977. *Lutar por Moçambique*. 3.ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Mouzinho, Mário. 2000. *O Indígena no Pensamento Colonial Português, 1895-1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Naguib. 2008. *Não Matem a Cultura, Não Matem o Craveirinha*. Maputo: Museu Nacional de Arte.

- Napoleoni, Loretta. 2009. *O Lado Obscuro da Economia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ncomo, Barnabé Lucas. 2003. *Uria Simango: Um Homem, Uma Causa*. Maputo: Edições Novafrica.
- Newitt, Malyn. 1997. *História de Moçambique*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Ngoenha, Severino Elias. 2004. *Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*. Maputo: Imprensa Universitária.
- OSISA (Open Society Initiative for Southern Africa). 2009a. *Moçambique: Democracia e Participação Política: um relatório publicado pelo AfriMap e pela Open Society Initiative for Southern Africa*. Joahannesburg: Open Society Foundation.
- OSISA (Open Society Initiative for Southern Africa). 2009b. *Civil Society Regulatory Framework: A Situational Analysis of Angola, Botswana, Democratic Republic of the Congo, Lesotho, Malawi, Mozambique, Namibia, Swaziland, Zambia and Zimbabwe*. Johannesburg, forthcoming.(no prelo.)
- Ottaway, Marina and Thomas Carothers (eds.). 2000. *Funding Virtue: Civil society aid and democracy promotion*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace.
- PAP (Programme Aids Partnership). 2009. Financial Contribution, PAP's Web Page, http://www.pap.org.mz/financial_contributions.htm (acedido 17.10.2009).
- Patraquim, Luís Carlos. 1980. *Moção*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INLD).
- Péllissier, René. 2000. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pena, Areosa. 1982. *O Cronista*. Maputo: Cadernos Tempo.
- Pires, Adelino Serras e Fiona Claire Capstick. 2002. *Ventos de Destruição: Memórias e Aventuras de Caça em Moçambique*. 2.^a Ed. Lisboa: Bertrand Editora.
- Quive, Samuel António. 2007. *Protecção Social em Moçambique: Uma rede furada de protecção social*. Maputo: DIEMA.
- Ribeiro, Margarida Calafate e Maria Paula Meneses (org). 2008. *Moçambique: Das palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamento.
- | Rocha, Aurélio. 2002. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1990-1940)*. Maputo: Promédia.
- Salema, Ericino. 2008. "Sociedade Civil, Informação Pública e Comunicação Social", Capítulo 7, in *Governança e Integridade em Moçambique: Problemas e Desafios*. Nuvunga, Adriano, Marcelo Mosse e Paolo sw Renzio (ed.), Maputo: CIP (Centro de Integridade Pública), pp. 80-89, <http://www.integridadepublica.org.mz> (acedido 19.10.2009).
- Saúte, Nelson. 1999. *Os Apóstolos da Desgraça, Estórias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Saúte, Nelson. 2000. *Os Narradores da Sobrevivência*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sen, Amartya. 2003. *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Serra, Carlos (ed.). 2000. *História de Moçambique*. Volume 1. Maputo: Imprensa Universitária.
- Serra, Carlos. 2003a. *Em Cima de Uma Lâmina (um estudo sobre precaridade social em três cidades de Moçambique)*. Imprensa Universitária. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

- Serra, Carlos. 2003b. *Cólera e Catarse: Infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula (1998/2002)*. Imprensa Universitária. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Shenga, Carlos and Robert Mattes. 2008. "Uncritical Citizenship" in a "Low-information" Society: Mozambicans in Comparative Perspective. CSSR Working Paper No. 212. Centre for Social Science Research.
- Silva, Teresa Cruz e. 2003. "As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala", in *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Sousa Santos, Boaventura de e João Carlos Trindade, eds. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, pp. 427-450.
- Sopa, António (ed.). 2001. *SAMORA: Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores.
- Sopa, António, Calane da Silva e Olga Iglésias Neves (ed.) 2006. *Rui de Noronha, Ao Mata-bicho*. Maputo: Textos Editores.
- Souto, Amélia Neves de. 2007. *Caetano e o Ocaso do "Império": Administração e Guerra Colonial em Moçambique Durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tapscott, Don e David Ticoll. 2005. *A Empresa Transparente: Como a era da transparência revolucionará os negócios*. 1.^a ed. São Paulo: M.Book.
- Transparency International. 2009. Corruption Perceptions Index (CPI) http://en.wikipedia.org/wiki/Corruption_Perceptions_Index#CPI_Ranking_.282002.E2.80.932008.29 (acedido a 04.11.2009).
- UNDP (United Nations Development Programme). 2007. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 – Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- UNDP (United Nations Development Programme). 2009. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimentos humanos*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Vasconcelos, Leite de. 1999. *Pela Boca Morre o Peixe (Crónicas)*. Associação dos Amigos de Leite de Vasconcelos. Maputo: Promedia.
- Vasconcelos, Leite de. 2008. *Contraponto (crónicas)*. Maputo: Promédia.
- Veloso, Jacinto. 2006. *Memórias em Voo Rasante*. Maputo: Sográfica, Lda.
- Wegher, P. Luís. 1999. *Um Olhar sobre o Niassa*. Vol. 2. Maputo: Paulinas Editorial.
- White, Eduardo. 1984. *Amor sobre o Índico*.
- White, Eduardo. 2002. *As Falas do Escorpião – Novela*. Maputo: Fundação Universitária.
- Wikipédia. 2009. Sociedade Civil. http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_civil (acedido a 15.10.2009).
- Xavier, Romão. 2009. "Que Organizações da Sociedade Civil Moçambique Tem? (3)", in *Magazine Independente*, 19.08.2009, p. 13.

